



SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Relatório de Transparência Fiscal

3º Quadrimestre 2010

Abril/2011



SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Eduarda Cunha de La Rocque

CHEFE DE GABINETE

Alessandra Augusta de Lima Gomes da Silva Souza

SUBSECRETÁRIO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Márcio Luiz de Oliveira

SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO

Cesar Augusto Barbiero

SUPERINTENDENTE DE ORÇAMENTO

Carlos Evandro Viegas

SUPERINTENDENTE DO TESOUREO MUNICIPAL

Marco Aurélio Santos Cardoso

SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL

Fabício Duarte Tanure

ASSESSORA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS

Eliane Almeida de Vilhena Totti

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Graciela Urquiza Mendes

EQUIPE RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Ana Cláudia Tavares Mendes

André Gustavo Medeiros de Souza Lima

Beatriz Dianin Ribeiro de Sousa

Gerlandy Martins da Cruz Padrão

Ricardo Silveira Barros

Soêmia Jurelevicius Marcello

Waldo de Andrade

ÍNDICE ANALÍTICO

I) INTRODUÇÃO	5
II) RESULTADO FISCAL	6
II.1) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	6
II.2) RESULTADO PRIMÁRIO	9
II.3) RESULTADO NOMINAL	10
III) RECEITA MUNICIPAL	11
III.1) RECEITAS CORRENTES	15
III.1.1) RECEITA TRIBUTÁRIA	15
III.1.1.1) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS	16
III.1.1.2) IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU	17
III.1.1.3) TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO - TCDL	17
III.1.1.4) IMPOSTO S/A TRANSM.INTER-VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS - ITBI ..	17
III.1.1.5) IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	19
III.1.1.6) OUTRAS TAXAS	19
III.1.2) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19
III.1.3) DEMAIS RECEITAS CORRENTES	25
III.1.3.1) RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	25
III.1.3.2) RECEITA PATRIMONIAL	25
III.1.3.3) RECEITA INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS	27
III.1.3.4) OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27
III.2) RECEITAS DE CAPITAL	30
IV) DESPESA MUNICIPAL	32
IV.1) DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA	32
IV.2) DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	34
V) CAPTAÇÃO DE RECURSOS	36
V.1) O PAC NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	36
VI) ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CAIXA E DÍVIDA	39
VII) GESTÃO PATRIMONIAL MUNICIPAL	42
VIII) CONCLUSÃO	43

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Transparência Fiscal é uma publicação quadrimestral da Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro. Nesta edição, referente ao ano de 2010, são analisadas as receitas e as despesas do período, permitindo ao cidadão acompanhar o resultado orçamentário e fiscal da Cidade, comparando-os com igual período do ano de 2009.

Esta iniciativa da Prefeitura do Rio, através da SMF, tem por objetivo dar cada vez mais transparência à sua gestão financeira e dos recursos públicos, desde o seu ingresso nos cofres do Tesouro Municipal até a aplicação dos mesmos, com base no planejamento orçamentário, e considerando a legislação vigente e os limites definidos pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal - LRF (Lei Complementar Nº 101/2000).

Os dados utilizados foram extraídos majoritariamente do Sistema de Orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda - SMF e do Sistema Fincon da Controladoria Geral do Município - CGM. Foram consideradas as receitas e despesas intra-orçamentárias e todas as entidades da administração indireta, inclusive o fundo de previdência dos servidores públicos - FUNPREVI, de forma que os dados aqui apresentados estejam de acordo com os demonstrativos da LRF publicados pela CGM.

O relatório está dividido em seções:

- i. Na primeira, é apresentada a receita realizada no exercício comparada com a receita estimada na Lei Orçamentária Anual (LOA);
- ii. Na segunda seção, são apresentados os resultados orçamentário e primário, comparando os números de 2010 com os do exercício anterior;
- iii. Em seguida, são analisadas as receitas municipais por categorias econômicas arrecadadas em 2010, comparando-as com as arrecadadas em 2009;
- iv. Na quarta seção, são apresentados os números da despesa liquidada por categoria econômica e por função de governo;
- v. Já na quinta seção, é feita uma apresentação das fontes de financiamento e do andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e dos contratos de repasse;
- vi. A sexta seção traz considerações sobre as aplicações dos saldos de caixa do Município e a gestão da dívida pública;
- vii. A última parte do relatório faz, pela primeira vez, uma análise detalhada da gestão patrimonial do Município ao longo de 2010.

I) INTRODUÇÃO

O ano de 2010 foi o de consolidação do processo de saneamento das contas da Prefeitura do Rio de Janeiro. Após um 2009 de forte ajuste fiscal, uma das principais missões da Secretaria Municipal de Fazenda tornou-se realidade: recuperar a capacidade de investimento da Cidade. Esse processo envolveu transparência, rigor nas despesas e ampliação de arrecadação. A implantação de métodos modernos de gestão e o conseqüente saneamento das finanças públicas foram reconhecidos pela Moody's _ uma das principais agências de classificação de risco internacionais _, que em novembro passado concedeu o grau de investimento ao Rio de Janeiro.

Pela Tabela I a seguir, é mostrado o desempenho das receitas municipais no segundo ano da atual Administração. Como se pode verificar, a previsão de R\$ 13,600 bilhões, estabelecida na Lei Orçamentária para o exercício, foi superada pelos R\$ 15,243 bilhões arrecadados, um aumento real de 12,1%. O incremento de R\$ 1,643 bilhão veio tanto das Receitas Correntes (que superaram a estimativa da LOA para o período em R\$ 1,325 bilhão), quanto das Receitas de Capital cuja arrecadação ficou R\$ 318,236 milhões acima da LOA.

TABELA I - RECEITA REALIZADA X RECEITA ESTIMADA NA LOA 2010

Discriminação	JANEIRO A DEZEMBRO		Em R\$ Milhões DESEMPENHO	
	LOA ¹	Realizado	Var. Nominal	Var. %
Receita Tributária	5.665,8	5.747,9	82,2	101,5%
Receita Contribuições	926,4	948,7	22,2	102,4%
Receita Patrimonial	516,8	945,0	428,2	182,9%
Receita Industrial	7,7	5,0	(2,7)	64,9%
Receita de Serviços	251,0	305,4	54,4	121,7%
Transfer. Correntes	4.433,1	4.675,3	242,2	105,5%
Outras Receitas Correntes	593,5	1.091,8	498,3	184,0%
Receitas Correntes	12.394,4	13.719,2	1.324,8	110,7%
Operações de Crédito	344,6	1.005,4	660,9	291,8%
Alienação de Bens	151,7	127,7	(24,0)	84,2%
Amortização de Empréstimos	122,6	106,1	(16,5)	86,5%
Transferências de Capital	396,7	284,8	(111,9)	71,8%
Outras Receitas de Capital	190,2	-	(190,2)	0,0%
Receitas de Capital	1.205,8	1.524,0	318,2	126,4%
RECETA TOTAL	13.600,2	15.243,2	1.643,0	112,1%

Fonte : RREO e Sistemas ORCAMENTO e FINCON.

¹Lei Orçamentária N° 5.148 de 21janeiro de 2010.

II) RESULTADO FISCAL

O expressivo crescimento das receitas demonstrado na tabela anterior, atrelado ao rigor nas despesas municipais, produziu novamente um resultado fiscal extremamente positivo. O maior desafio do ano, o de realizar os grandes investimentos planejados para a Cidade sem comprometer a sustentabilidade fiscal de longo prazo, foi atingido e chegou-se ao final do ano com mais de R\$ 1,5 bilhão destinado a investimentos, valor inclusive acima do orçado inicialmente.

Destaca-se neste período a operação de empréstimo com o Banco Mundial (BIRD) para renegociação da dívida pública municipal, que reduziu substancialmente os dispêndios com juros e amortização programados para o futuro, liberando, portanto, mais recursos para investimento - da ordem de R\$ 550 milhões somente nos 15 meses subseqüentes ao fechamento da operação.

II.1) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário de 2010 apresentou superávit de R\$ 964,312 milhões contra R\$ 897,035 milhões apresentados no exercício anterior. O Resultado Orçamentário é apurado pela diferença entre a Receita Total arrecadada e a Despesa Total empenhada.

TABELA II - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
ATÉ O 6º BIMESTRE DE 2009 X ATÉ O 6º BIMESTRE DE 2010

				Em R\$ Milhões	
DESCRIÇÃO	2009 Arrecadado	2010 Arrecadado	DESCRIÇÃO	2009 Empenhado	2010 Empenhado
RECEITAS CORRENTES [I]	11.351,3	13.719,2	DESPESAS CORRENTES [IV]	9.908,4	11.328,0
Receita Tributária	5.059,9	5.747,9	Pessoal e Encargos Sociais	6.222,4	6.677,2
Receita de Contribuições	793,1	948,7	Juros e Serviço da Dívida	679,8	625,7
Receita Patrimonial	567,7	945,0	Outras Despesas Correntes	3.006,2	4.025,1
Receita Industrial	5,0	5,0			
Receita de Serviços	206,4	305,4			
Transferências Correntes	4.055,4	4.675,3			
Outras Receitas Correntes	663,8	1.091,8			
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CORRENTE [I]-[IV]				1.442,9	2.391,2
RECEITAS DE CAPITAL [II]	315,9	1.524,0	DESPESAS DE CAPITAL [V]	861,8	2.950,9
Operações de Crédito	30,0	1.005,4	Investimentos	400,7	1.560,1
Alienação de Bens	60,6	127,7	Inversões Financeiras	84,4	58,2
Amortização de Empréstimos	104,6	106,1	Amortização da Dívida	376,7	1.332,6
Transferências de Capital	120,7	284,8			
Outras Receitas de Capital	-	-			
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DE CAPITAL [II]-[V]				(545,9)	(1.426,9)
RECEITA TOTAL [III]=[I]+[II]	11.667,2	15.243,2	DESPESA TOTAL [VI]=[IV]+[V]	10.770,1	14.278,9
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO [III]-[VI]				897,0	964,3

O crescimento observado entre 2009 e 2010 foi da ordem de 7,5%, equivalente a um acréscimo de R\$ 67,277 milhões.

Vários foram os fatores que viabilizaram esse resultado. Do lado da receita, houve crescimento da Receita Total em 30,7% nominais, equivalente a um acréscimo de R\$ 3,576 bilhões. Deste incremento, cerca de R\$ 2,368 bilhões teve origem nas Receitas Correntes e R\$ 1,208 bilhão foram oriundos das Receitas de Capital. Os principais destaques são enumerados a seguir:

- i) Receitas Tributárias - Crescimento de R\$ 687,993 milhões, equivalente a um incremento de 13,6% nominais. Neste grupo, as principais variações em relação à arrecadação do ano anterior ocorreram no ISS, com incremento de R\$ 400,586 milhões ou 14,5%; no IPTU, com acréscimo R\$ 156,352 milhões ou 12,3%; e no ITBI, com crescimento de R\$ 106,562 milhões ou 27,4%;
- ii) Transferências Correntes - Crescimento de R\$ 619,970 milhões, equivalente a um incremento de 15,3% nominais. Neste grupo, os principais crescimentos ocorreram na transferência do FUNDEB - R\$ 208,235 milhões ou 18,7%; na transferência do SUS - R\$ 140,461 milhões ou 16,1% e na transferência estadual da cota-parte do ICMS - R\$ 131,867 milhões, equivalente a um incremento de 11,2% nominais, líquidos da parcela do Município para composição do FUNDEB;
- iii) Outras Receitas Correntes - Crescimento de R\$ 428,048 milhões, equivalente a um incremento de 64,5% nominais. Neste grupo, os principais destaques ocorreram nas Receitas Diversas cujo crescimento foi da ordem de R\$ 277,731 milhões, decorrente, principalmente do ingresso de R\$ 290,615 milhões nas Receitas de Conversão de Depósitos Judiciais Tributários que no ano anterior haviam arrecadado R\$ 76,207 milhões;
- iv) Receita Patrimonial - Crescimento de R\$ 377,311 milhões, equivalente a um incremento de 66,5% nominais. Neste grupo, o principal crescimento se deu nos Rendimentos de Valores Mobiliários, cujo incremento foi da ordem de R\$ 336,856 milhões ou 75,1%;
- v) Operações de Crédito - Crescimento de R\$ 975,455 milhões, equivalente a um incremento de 3.254,8% nominais. Este desempenho é decorrente, principalmente, do ingresso de R\$ 958,764 milhões dos recursos contratados com o BIRD para refinanciamento da dívida contratual, ocorrido em agosto de 2010;
- vi) Transferências de Capital - Crescimento de R\$ 164,139 milhões, equivalente a um incremento de 136,0% nominais, decorrente, principalmente, do ingresso de recursos de Convênios cujo crescimento foi da ordem de R\$ 121,842 milhões ou 123,7% nominais.

Por outro lado, as despesas empenhadas em 2010 tiveram um crescimento de 32,6% em relação ao mesmo período de 2009, equivalente a um incremento de 3,508 bilhões, devido, principalmente a:

- i) Pessoal e Encargos Sociais - Crescimento de 7,3%, equivalente a um acréscimo de R\$ 454,789 milhões;

- ii) Outras Despesas Correntes - Crescimento de 33,9%, equivalente a um acréscimo de R\$ 1,019 bilhão, um crescimento que pode ser entendido pela contenção de gastos em 2009, particularmente no início da nova gestão, e pela maturação dos investimentos já realizados naquele ano em áreas como Saúde e Educação, entre outras;
- iii) Investimentos - Crescimento de 289,3%, equivalente a um acréscimo de R\$ 1,159 bilhão sobre 2009. Ressalte-se que em 2010, houve um expressivo acréscimo de recursos por meio de créditos orçamentários destinados à realização de obras no âmbito da Secretaria Municipal de Obras e a novas despesas no âmbito da Saúde;
- iv) Amortização da Dívida - Crescimento de 253,8%, equivalente a um acréscimo de R\$ 955,921 milhões, decorre da incorporação de recursos para viabilizar o acordo com o Banco Mundial, referente à Renegociação da Dívida. Ao ingressarem nos cofres municipais, no mês de agosto, os recursos (no valor de R\$ 958,764 milhões) foram empenhados e liquidados para amortização da dívida renegociada com a União, reduzindo substancialmente seu custo total (de IGP-DI + 9% para IGP-DI + 7,5%) e permitindo alavancar mais recursos para investimentos na Cidade. Cabe ressaltar que este aumento de gastos de dívida em 2010 reflete apenas o reconhecimento contábil da operação, uma vez que os recursos foram reconhecidos simultaneamente como receita de operações de crédito (advinda do Bando Mundial) e despesa (pré-pagamento parcial da dívida da União), não tendo havido efetivo dispêndio de caixa neste montante. De fato, a redução dos gastos de dívida advinda desta operação permitiu ao Município a economia de R\$ 167,8 milhões em dispêndios com a dívida durante o exercício. O quadro abaixo apresenta a evolução dos dispêndios no biênio 2009-2010 expurgando o efeito contábil acima descrito.

Gastos com Dívida	Amortização	Encargos	Total
2009 Realizado	376,7	679,8	1.056,5
2010 Realizado	1.327,5	623,4	1.950,9
2010 Sem Efeito Contábil BIRD	368,7	623,4	992,1

II.2) RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário do exercício 2010 atingiu o montante de R\$ 895,875 milhões (6,8% das Receitas Primárias), um resultado considerável, apesar de 34% menor do que os R\$ 1,358 bilhão obtidos em 2009 com o ajuste fiscal rigoroso adotado pela nova Administração. Cabe esclarecer que o Resultado Primário é a diferença entre a Receita Primária (Receita Total deduzidas as Receitas Financeiras) e a Despesa Primária (Despesa Total deduzidas as Despesas Financeiras). Seu montante deve ser suficiente para cobrir as despesas com o Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização da Dívida), de forma a garantir a sustentabilidade fiscal do Município.

TABELA III - RESULTADO PRIMÁRIO
6º BIMESTRE DE 2009 X 6º BIMESTRE DE 2010

Em R\$ Milhões			Em R\$ Milhões		
DESCRIÇÃO	JANEIRO A DEZEMBRO		DESCRIÇÃO	JANEIRO A DEZEMBRO	
	2009	2010		2009	2010
RECEITAS CORRENTES [I]	11.351,3	13.719,2	DESPESAS CORRENTES [VI]	9.908,36	11.328,0
Receita Tributária	5.059,9	5.747,9	Pessoal e Encargos Sociais	6.222,40	6.677,2
Receita de Contribuições	793,1	948,7	Juros e Serviço da Dívida	679,80	625,7
Receita Patrimonial	567,7	945,0	Outras Despesas Correntes	3.006,16	4.025,1
Receita Industrial	5,0	5,0			
Receita de Serviços	206,4	305,4			
Transferências Correntes	4.055,4	4.675,3			
Outras Receitas Correntes	663,8	1.091,8			
RECEITAS DE CAPITAL [II]	315,9	1.524,0	DESPESAS DE CAPITAL [VII]	861,79	2.950,9
Operações de Crédito	30,0	1.005,4	Investimentos	400,73	1.560,1
Alienação de Bens	60,6	127,7	Inversões Financeiras	84,36	58,2
Amortização de Empréstimos	104,6	106,1	Amortização da Dívida	376,70	1.332,6
Transferências de Capital	120,7	284,8			
Outras Receitas de Capital	-	-			
RECEITA TOTAL [III]=[I]+[II]	11.667,2	15.243,2	DESPESA TOTAL [VIII]=[VI]+[VII]	10.770,15	14.278,9
Receitas de Valores Mobiliários	448,7	785,5	Juros e Encargos da Dívida	679,80	625,7
Juros de Empréstimos	34,9	47,1	Concessão de Empréstimos	82,86	45,1
Operações de Crédito	30,0	1.005,4	Aquisição Títulos de Capital já Integralizado	-	-
Alienação de Bens	60,6	127,7	Amortização da Dívida	376,70	1.332,6
Amortização de Empréstimos	104,6	106,1			
RECEITAS FINANCEIRAS [IV]	678,8	2.071,8	DESPESAS FINANCEIRAS [IX]	1.139,36	2.003,4
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL [V]=[III]-[IV]	10.988,4	13.171,4	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL [X]=[VIII]-[IX]	9.630,79	12.275,5

Em R\$ Milhões			Em R\$ Milhões		
DESCRIÇÃO	JANEIRO A DEZEMBRO		META FISCAL ANUAL	2009	2010
	2009	2010			
RESULTADO PRIMÁRIO [XI]=[V]-[X]	1.357,6	895,9	Meta de Resultado Primário fixada no Anexo de Metas Fiscais	286,22	95,9

Com o incremento de 30,7% na Receita Total e de 205,2% nas Receitas Financeiras, devido ao ingresso dos recursos do empréstimo contratado com o BIRD para renegociação da dívida com a União, houve um crescimento de 19,9% nas Receitas Primárias.

Por sua vez, o crescimento da Despesa Total em 32,6% e das Despesas Financeiras em 75,8%, provocou um crescimento da Despesa Primária em 27,5%, o que reduziu o Resultado Primário em R\$ 461,690 milhões entre os exercícios analisados.

II.3) RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal do exercício 2010 atingiu o montante de R\$ 93,913 milhões negativos, que representam uma redução de 3,6% no saldo da Dívida Fiscal Líquida em relação ao saldo equivalente apurado em 2009.

TABELA IV - RESULTADO NOMINAL
6º BIMESTRE DE 2009 X 6º BIMESTRE DE 2010

	Em R\$ Milhões			
	EM 31/12/2009 [A]	EM 31/12/2010 [B]	Var. Absol. [B]-[A]	Var. % [B]/[A]
DÍVIDA CONSOLIDADA	8.189,0	9.706,8	1.517,8	18,5%
(-) ATIVO DISPONÍVEL	5.339,8	6.859,1	1.519,3	28,5%
(-) HAVERES FINANCEIROS	210,3	309,9	99,6	47,4%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	2.638,9	2.537,8	(101,1)	-3,8%
PASSIVOS RECONHECIDOS	62,1	54,9	(7,2)	-11,6%
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	2.576,8	2.482,9	(93,9)	-3,6%
RESULTADO NOMINAL EM 31/12/2010			(93,9)	
META DE RESULTADO NOMINAL P/ O EXERCÍCIO 2010 (LOA 2010)			167,4	

Fonte : RREO 6º BIMESTRE DE 2010.

O Resultado Nominal compreende a diferença entre o saldo da Dívida Fiscal Líquida em 31 de dezembro de determinado exercício deduzida a Dívida Fiscal Líquida em 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior. Em caso positivo, considera-se que o resultado apresentou um déficit; enquanto que em caso negativo, um superávit. A meta de Resultado Nominal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2010 era de R\$ 167,381 milhões¹.

Em agosto 2010, foi liberado o ingresso de R\$ 958,764 milhões aos cofres municipais referente à 1ª parcela da operação de crédito contratada junto ao Banco Mundial (BIRD)² para viabilizar a renegociação da dívida contratual com a União³. Ainda em agosto, foi amortizada a primeira parte constante do acordo (10% do saldo devedor), reduzindo os juros de 9% a.a para 7,5% a.a., paralelamente, dando-se por encerrado Pleito Judicial⁴ referente ao custo da dívida. Em função dos fatores descritos, o resultado foi a redução da dívida fiscal líquida municipal quando comparados os exercícios de 2009 e 2010, verificando-se o resultado nominal mencionado.

¹ Atualizado no Anexo de Metas Fiscais encaminhado em setembro de 2009 ao Poder Legislativo Municipal juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária para o Exercício 2010.

² Empréstimo Política de Desenvolvimento, assinado com o Banco Mundial em 20 de agosto de 2010.

³ Medida Provisória Nº 2185-35.

⁴ Ação Cautelar nº 2002.51.01.004715-9.

III) RECEITA MUNICIPAL

Esta seção tem por objetivo apresentar os valores efetivamente arrecadados em 2010, utilizando como fonte de dados o Balanço Orçamentário publicado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária e os dados orçamentários e contábeis extraídos dos sistemas ORCAMENTO (SMF) e FINCON (CGM), respectivamente.

Na Tabela V, os dados apresentados referem-se à arrecadação do exercício 2010 e são comparados com os montantes arrecadados no exercício anterior. Os recursos arrecadados são considerados em valores correntes, evidenciando variações nominais tanto em números absolutos quanto em percentuais.

TABELA V - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM
(TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ Milhões

Discriminação	JANEIRO A DEZEMBRO		DESEMPENHO		LOA ¹ 2010	Compos. % LOA	Compos. % ARRECAD.
	2009	2010	Var. Nominal	Var. %			
Receita Tributária	5.059,9	5.747,9	688,0	13,6%	5.665,8	41,7%	37,7%
Receita Contribuições	793,1	948,7	155,6	19,6%	926,4	6,8%	6,2%
Receita Patrimonial	567,7	945,0	377,3	66,5%	516,8	3,8%	6,2%
Receita Industrial	5,0	5,0	(0,0)	-0,8%	7,7	0,1%	0,0%
Receita de Serviços	206,4	305,4	99,0	48,0%	251,0	1,8%	2,0%
Transfer. Correntes	4.055,4	4.675,3	620,0	15,3%	4.433,1	32,6%	30,7%
Outras Receitas Correntes	663,8	1.091,8	428,0	64,5%	593,5	4,4%	7,2%
Receitas Correntes	11.351,3	13.719,2	2.367,9	20,9%	12.394,4	91,1%	90,0%
Operações de Crédito	30,0	1.005,4	975,5	3254,8%	344,6	2,5%	6,6%
Alienação de Bens	60,6	127,7	67,0	110,6%	151,7	1,1%	0,8%
Amortização de Empréstimos	104,6	106,1	1,5	1,4%	122,6	0,9%	0,7%
Transferências de Capital	120,7	284,8	164,1	136,0%	396,7	2,9%	1,9%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	190,2	1,4%	-
Receitas de Capital	315,9	1.524,0	1.208,1	382,4%	1.205,8	8,9%	10,0%
RECEITA TOTAL	11.667,2	15.243,2	3.576,0	30,7%	13.600,2	100,0%	100,0%

Fonte : RREO e Sistemas ORCAMENTO e FINCON.

¹ Lei Orçamentária Nº 5.148 de 21 de janeiro de 2010.

Estimada em R\$ 13,600 bilhões na Lei Orçamentária (LOA) para o Exercício Financeiro de 2010 - Lei Nº 5.148 de 21 de janeiro de 2010, pode-se verificar pela Tabela V que a Receita Total arrecadada em 2010 atingiu o montante de R\$ 15,243 bilhões contra R\$ 11,667 bilhões arrecadados em 2009. Esse crescimento, na ordem de 30,7% é equivalente a um acréscimo de R\$ 3,576 bilhões em termos nominais.

Cabe observar a evolução do crescimento da Receita Total em termos reais até o 6º bimestre dos últimos quatro exercícios, incluindo o do exercício em análise. A Tabela VI a seguir mostra os valores arrecadados atualizados para 31 de dezembro de 2010 pelo IPCA-e.

TABELA VI - RECEITA TOTAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO- 6º BIMESTRE DE 2006 A 2010
EM R\$ MILHÕES DE 31DEZ2010 (TODAS AS FONTES DE RECURSOS) ¹

Em R\$ Milhões Constantes									
Período	2006	2007	2008	2009	2010	2007/2006	2008/2007	2009/2008	2010/2009
Receita Total	10.750,8	11.351,2	12.376,7	12.563,2	15.636,1	5,6%	9,0%	1,5%	24,5%

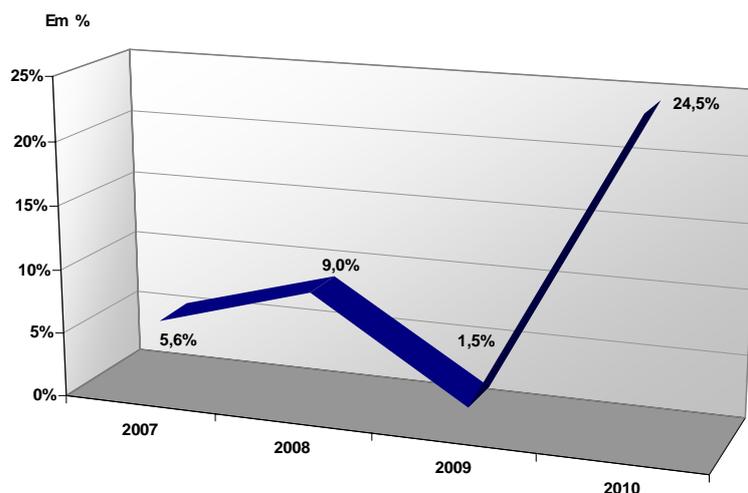
Fonte: RREO 2006 a 2010.

¹ Valores atualizados pelo IPCA-E/IBGE

(data base de 31 de dezembro de 2010).

As variações das arrecadações nos quatro exercícios confirmam a recuperação de 24,5%, em termos reais, do exercício de 2010, após um 2009 sob os efeitos da crise financeira internacional. Ressalte-se que o resultado observado aponta o ano de 2010 como o de maior crescimento real dos últimos 4 anos, conforme demonstrado no Gráfico I a seguir.

GRÁFICO I - EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO REAL DA RECEITA TOTAL
EXERCÍCIOS 2007 A 2010 (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



Comparando o crescimento da Receita Total do Município do Rio de Janeiro nos últimos quatro exercícios (2007 a 2010) com o crescimento da arrecadação das maiores capitais da Região Sudeste, verifica-se que a arrecadação do Rio vem se destacando, conforme demonstrado na tabela a seguir, em valores correntes. Pelo segundo ano consecutivo, o crescimento da receita total carioca foi o maior dentre as mesmas.

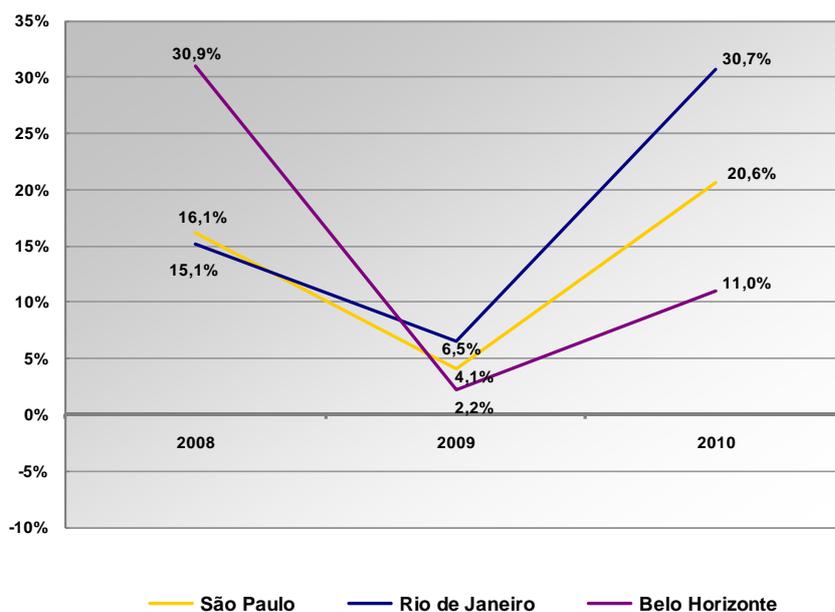
TABELA VII - RECEITA TOTAL ANUAL DE CAPITALS DA REGIÃO SUDESTE - 2007 A 2010
(TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ Milhões							
	2007	2008	2009	2010	2008/2007	2009/2008	2010/2009
São Paulo	20.564,6	23.876,8	24.863,6	29.986,5	16,1%	4,1%	20,6%
Rio de Janeiro	9.514,6	10.955,7	11.667,2	15.243,2	15,1%	6,5%	30,7%
Belo Horizonte	3.772,2	4.938,4	5.049,4	5.606,8	30,9%	2,2%	11,0%

Fonte: RREO dos municípios.

No Gráfico II, se pode comparar as respectivas taxas de crescimento da Receita Total de capitais da Região Sudeste, demonstradas em termos nominais.

GRÁFICO II - EVOLUÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO NOMINAL DA RECEITA TOTAL DE CAPITAIS DA REGIÃO SUDESTE 2007 A 2010 (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



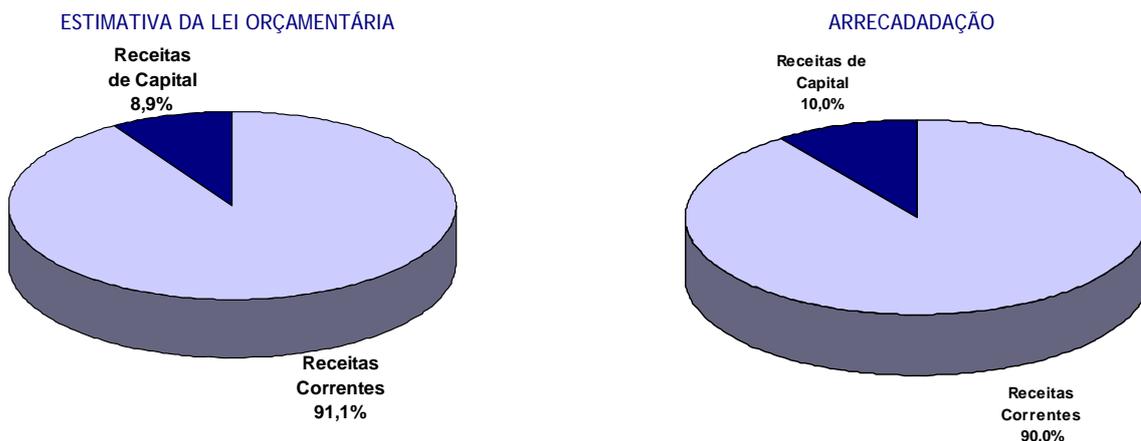
Do gráfico acima, pode-se aferir que no ano de 2010, a Receita Total arrecadada pelo Município do Rio de Janeiro teve forte aceleração, alcançando o maior crescimento (30,7%) em relação à Receita Total realizada no ano anterior, quando comparada às arrecadações de outras capitais da Região Sudeste.

Cabe mencionar que, mesmo se fossem desconsiderados os R\$ 958,764 milhões relativos à reestruturação da dívida renegociada, o Município do Rio de Janeiro apresentaria ainda a maior taxa de crescimento das Receitas 2010 frente as de 2009 (22,4%), comprovando que a gestão fiscal implementada nos últimos dois anos pela atual administração carioca não somente vem apresentando resultados positivos à Cidade como também vem se destacando perante às finanças de capitais do estado de sua região geopolítica.

Composição da Receita Total

A Receita Total é composta pelas categorias econômicas Receitas Correntes e de Capital. No Gráfico III a seguir, pode-se verificar a composição da Receita Total, considerando a arrecadação efetiva e comparando-a com a estimativa constante da Lei Orçamentária.

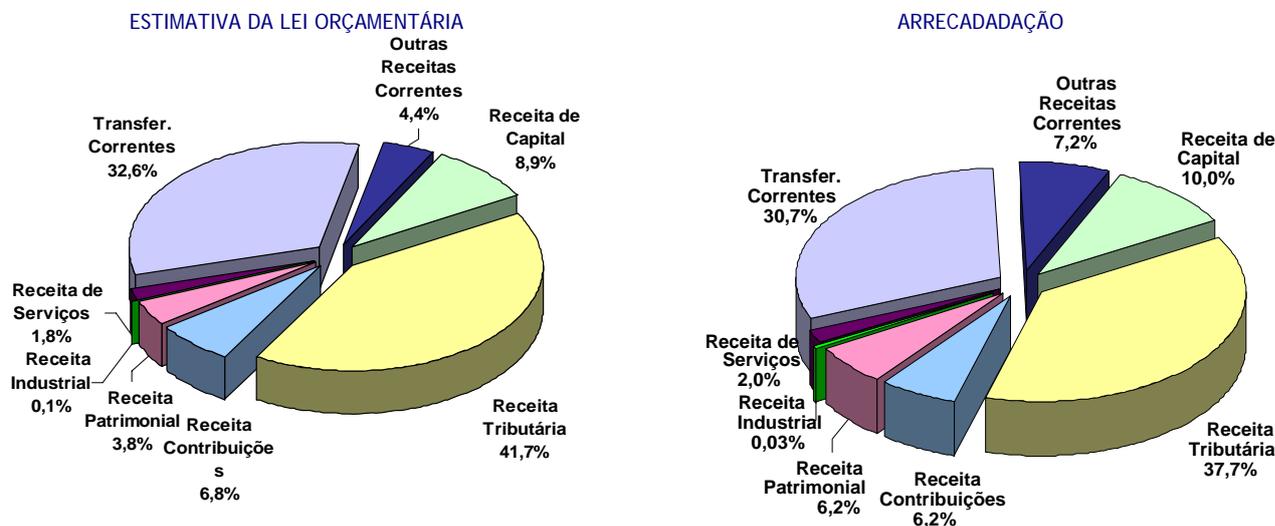
GRÁFICO III - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL POR CATEGORIAS ECONÔMICAS NO EXERCÍCIO 2010 (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



Na Tabela V, pode-se observar a composição de cada rubrica estimada na LOA (Composição % LOA) e efetivamente realizada (Composição % Arrecad.) em relação à Receita Total, permitindo avaliar a importância de cada uma delas sobre o total previsto e realizado no ano, respectivamente.

O Gráfico IV a seguir mostra a Receita Total destacando os grandes grupos de receitas tanto sob a ótica da estimativa (LOA 2010) quanto sob a ótica da arrecadação. Cabe ressaltar que a Receita Tributária e a Receita de Transferências têm o maior peso na arrecadação, representando juntas 68,4% da Receita Total realizada em 2010.

GRÁFICO IV - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL NO EXERCÍCIO 2010 (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



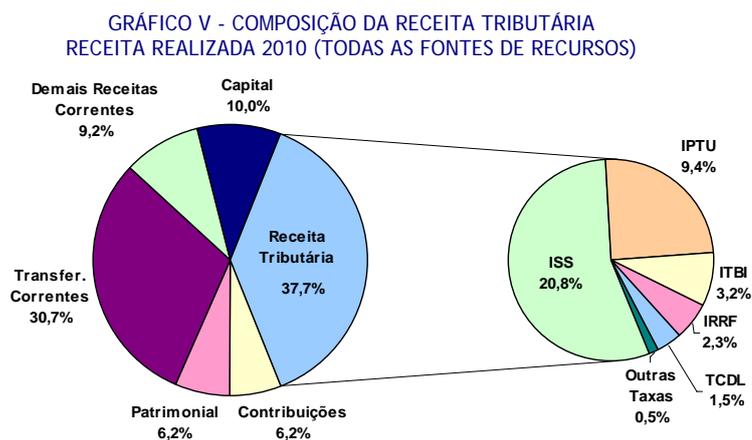
III.1) RECEITAS CORRENTES

Conforme pode ser observado na Tabela V, as Receitas Correntes realizadas em 2010 atingiram o montante de R\$ 13,719 bilhões contra R\$ 11,351 bilhões arrecadados em 2009. Essa variação compreende um crescimento nominal na ordem de 20,9%, equivalente a um incremento de R\$ 2,368 bilhões em valores correntes.

As Receitas Correntes compreendem a Receita Tributária, de Contribuições, Patrimonial, Industrial, de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, conforme apresentado a seguir.

III.1.1) RECEITA TRIBUTÁRIA

As Receitas Tributárias estimadas para o ano na Lei Orçamentária em R\$ 5,666 bilhões compreendem os impostos - ISS, IPTU, ITBI e IRRF - e as taxas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços públicos de competência do Município.



Conforme pode ser visto na tabela a seguir, em 2010, a Receita Tributária atingiu o montante de R\$ 5,748 bilhões contra R\$ 5,060 bilhões realizados em 2009. Essa variação de R\$ 687,993 milhões compreendeu um crescimento nominal na ordem de 13,6%.

TABELA VIII - RECEITA TRIBUTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM
(TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Discriminação	Em R\$ Milhões			
	JANEIRO A DEZEMBRO		DESEMPENHO	
	2009	2010	Var. Nominal	Var. %
Receita Tributária	5.059,9	5.747,9	688,0	13,6%
IPTU	1.273,9	1.430,2	156,4	12,3%
IRRF	349,1	354,1	5,0	1,4%
ITBI	388,3	494,9	106,6	27,4%
ISS	2.770,0	3.170,6	400,6	14,5%
TCDL	209,7	224,0	14,3	6,8%
Outras Taxas	68,9	74,1	5,2	7,6%

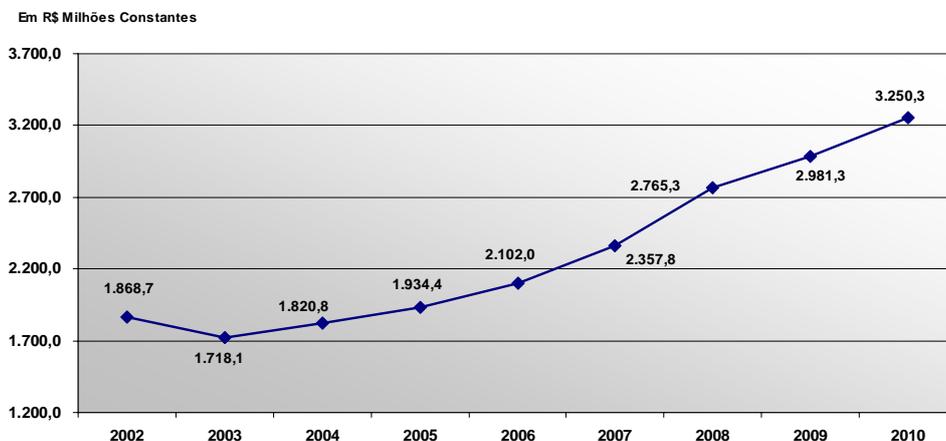
Fonte : RREO e Sistemas ORCAMENTO e FINCON.

III.1.1.1) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Em 2010, a arrecadação em valores correntes do ISS atingiu o montante de R\$ 3,171 bilhões contra R\$ 2,770 bilhões realizados em 2009. Essa variação compreende um crescimento nominal de 14,5%, equivalente a um acréscimo de R\$ 400,586 milhões.

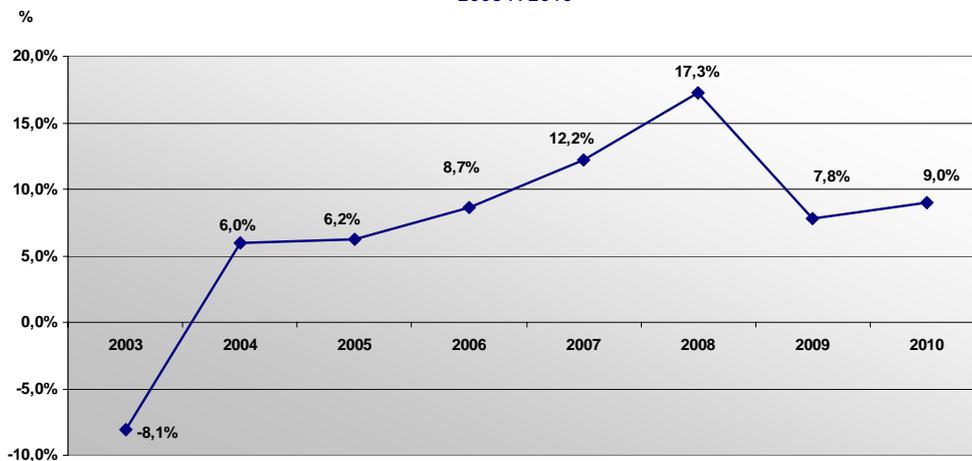
Ao observarmos a série histórica de arrecadação do ISS a partir de 2002, para fins de comparação em valores constantes de 31/12/2010, verifica-se que este tributo vem apresentando crescimento real desde 2004, como pode ser visto no gráfico a seguir.

GRÁFICO VI - ARRECADÇÃO DO ISS EM VALORES CONSTANTES (IPCA-E)
2002 A 2010



Quando comparamos as taxas de crescimento real do ISS entre os anos de 2003 a 2010, constatamos uma taxa de crescimento de 7,8% de 2009, contra uma taxa de crescimento em 2010 em torno de 9,0%, conforme pode ser visto no gráfico a seguir.

GRÁFICO VII - TAXA DE CRESCIMENTO REAL DA ARRECADÇÃO DO ISS
2003 A 2010



III.1.1.2) IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU

O IPTU alcançou em 2010 o montante de R\$ 1,430 bilhão, enquanto que no mesmo período de 2009 foram arrecadados R\$ 1,274 bilhão. Essa variação entre os dois períodos indica um crescimento nominal da ordem de 12,3%, equivalente a um incremento de R\$ 156,352 milhões. Cabe ressaltar que o IPTU reflete a inflação passada, isto é, em 2010, o IPTU foi corrigido pela inflação de 2009 (4,18% pelo IPCA-e).

É importante mencionar que do total de imposto lançado em 2009, 29,5% foi pago em Cota Única, enquanto que em 2010, esse percentual aumentou para 31,3%. Do crescimento nominal de R\$ 74,5 milhões ocorrido em fevereiro de 2010, cerca de R\$ 56 milhões são provenientes de crescimento da Cota Única⁵ (aproximadamente R\$ 1,2 milhão), e o restante, após descontada a inflação, indica um aumento real da ordem de R\$ 16,6 milhões.

O crescimento real observado, acima do estimado na Lei Orçamentária, foi fruto de duas iniciativas da Subsecretaria de Tributação e Fiscalização: os esforços contínuos pelo recadastramento de imóveis na Cidade (particularmente para inclusão de novas unidades) e a melhoria nos processos de cobrança com iniciativas simples como o envio de cartas com avisos de débitos em aberto na Prefeitura. O resultado é especialmente relevante na ausência de atualização dos valores dos imóveis do Município, uma vez que a planta de valores do Rio de Janeiro é a mesma há mais de dez anos. A planta defasada, as isenções e descontos no cálculo do imposto acabaram gerando distorções tais que o resultado é que apenas 1/3 da Cidade paga efetivamente IPTU. Cabe mencionar que muitos isentos do imposto, por receberem a cobrança da TCDL através do carnê de IPTU, acreditam estar pagando este, quando na verdade só estão pagando a taxa.

III.1.1.3) TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO - TCDL

A arrecadação da TCDL alcançou o montante de R\$ 223,976 milhões contra R\$ 209,691 milhões arrecadados em 2009, em valores correntes. Desta forma, a arrecadação da TCDL em 2010 apresentou um crescimento nominal de 6,8%, equivalente a um acréscimo de R\$ 14,286 milhões.

III.1.1.4) IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER-VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS - ITBI

Em 2010, a arrecadação do ITBI atingiu o montante de R\$ 494,905 milhões contra R\$ 388,344 milhões arrecadados em 2009, indicando um crescimento nominal de 27,4%, equivalente a um acréscimo de R\$ 106,562 milhões, como pode ser observado na Tabela IX a seguir, que compara a arrecadação mensal

⁵ Ressalte-se ainda que cerca de R\$11,5 milhões do montante recebido em Cota Única, referem-se a novas inscrições inseridas no cadastro de contribuintes.

do ITBI de janeiro a dezembro nos exercícios de 2008 a 2010, em valores correntes e em valores constantes de 31 de dezembro de 2010 (IPCA-e).

TABELA IX - ARRECAÇÃO MENSAL DO ITBI - 6º BIMESTRE DE 2008 A 2010
(TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ Milhões

	VALORES CORRENTES							VALORES CONSTANTES ¹						
	2008	2009	2010	Var. % 2009/2008	Var. Nom. 2009-2008	Var. % 2010/2009	Var. Nom. 2010-2009	2008	2009	2010	Var. % 2009/2008	Var. Real 2009-2008	Var. % 2010/2009	Var. Real 2010-2009
	[A]	[B]	[C]	[B]/[A] %	[B]-[A]	[C]/[B] %	[C]-[B]	[D]	[E]	[F]	[E]/[D] %	[E]-[D]	[F]/[E] %	[F]-[E]
Janeiro	28,0	32,3	29,1	15,2%	4,3	-9,8%	(3,2)	32,5	35,4	30,6	8,9%	2,9	-13,5%	(4,8)
Fevereiro	21,9	26,5	29,4	21,3%	4,7	11,0%	2,9	25,2	28,9	30,7	14,7%	3,7	6,1%	1,8
Março	23,4	28,9	44,9	23,2%	5,4	55,4%	16,0	27,0	31,5	46,5	16,6%	4,5	47,9%	15,1
Abril	28,6	25,8	36,8	-10,0%	(2,9)	42,8%	11,0	32,8	28,0	38,0	-14,6%	(4,8)	35,7%	10,0
Maiο	27,7	27,8	37,9	0,4%	0,1	36,6%	10,2	31,5	30,0	38,9	-4,8%	(1,5)	29,8%	8,9
Junho	29,3	32,9	41,5	12,1%	3,6	26,3%	8,7	33,1	35,4	42,5	6,9%	2,3	20,2%	7,2
Julho	33,5	35,9	38,2	7,2%	2,4	6,3%	2,3	37,6	38,5	39,1	2,6%	1,0	1,5%	0,6
Agosto	35,0	35,6	42,3	1,6%	0,6	18,9%	6,7	39,1	38,1	43,4	-2,6%	(1,0)	13,9%	5,3
Setembro	34,4	34,6	55,0	0,5%	0,2	59,1%	20,4	38,3	36,9	56,2	-3,6%	(1,4)	52,2%	19,3
Outubro	23,6	32,6	42,8	38,3%	9,0	31,2%	10,2	26,2	34,8	43,5	32,8%	8,6	24,9%	8,7
Novembro	26,3	36,2	44,0	37,3%	9,8	21,8%	7,9	29,1	38,4	44,3	31,9%	9,3	15,4%	5,9
Dezembro	32,4	39,4	52,8	21,5%	7,0	34,1%	13,4	35,7	41,7	52,8	16,6%	5,9	26,8%	11,2
Soma	344,2	388,3	494,9	12,8%	44,1	27,4%	106,6	388,2	417,6	506,6	7,6%	29,4	21,3%	89,0

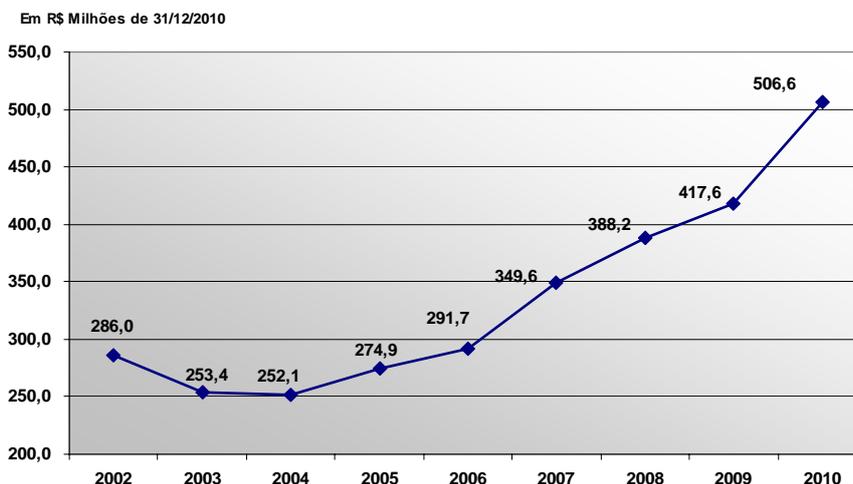
Fonte: RREO e sistemas ORCAMENTO e FINCON.

¹ Valores atualizados pelo IPCA-E/IBGE (data base de 31 de dezembro de 2010).

Pode-se verificar que a arrecadação do ITBI retomou sua trajetória de aceleração do crescimento a partir de março de 2010, considerando que os ingressos extraordinários ocorridos em março (crescimento nominal de 55,4%) e abril (crescimento nominal de 42,8%) foram de apenas R\$ 5,190 milhões e R\$ 4,396 milhões, respectivamente.

No gráfico a seguir, é apresentada a série histórica de arrecadação do ITBI a partir de 2002, em valores constantes de 31 de dezembro de 2010 para fins de comparação, onde se pode observar que este tributo vem apresentando crescimento real desde o exercício 2004.

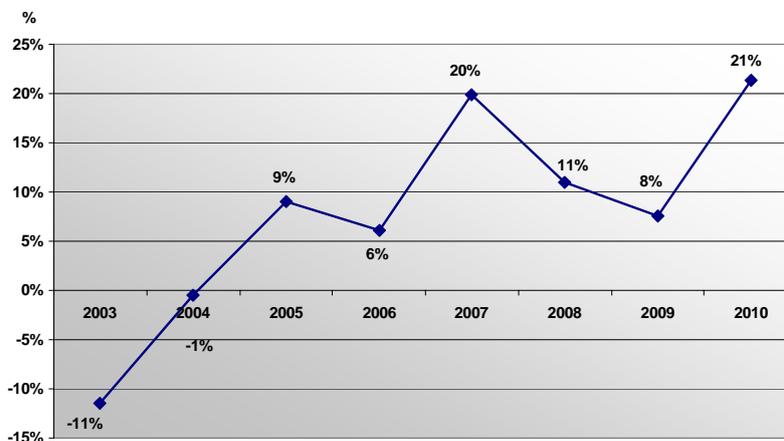
GRÁFICO VIII - ARRECAÇÃO DO ITBI EM VALORES CONSTANTES (IPCA-E)
2002 A 2010



Em 2009, a taxa de crescimento real do ITBI sofreu desaceleração, por conta dos efeitos da crise financeira internacional, particularmente ao longo do primeiro semestre. Entretanto, no semestre seguinte, a arrecadação do tributo recuperou o fôlego e fechou o ano em R\$ 388,344 milhões, muito próxima da previsão orçamentária de R\$ 406,803 milhões estimada ainda no período pré-crise.

No gráfico a seguir, pode-se visualizar a evolução da taxa de crescimento real do ITBI no período de 2003 a 2010.

GRÁFICO IX- TAXA DE CRESCIMENTO REAL DA ARRECADAÇÃO DO ITBI
2003 A 2010



III.1.1.5) IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

O IRRF arrecadou até em 2010 o montante de R\$ 354,114 milhões contra R\$ 349,136 milhões arrecadados em 2009. Essa variação corresponde a um acréscimo de 1,4% sobre o ano anterior, equivalente a um incremento de R\$ 4,978 milhões.

III.1.1.6) OUTRAS TAXAS

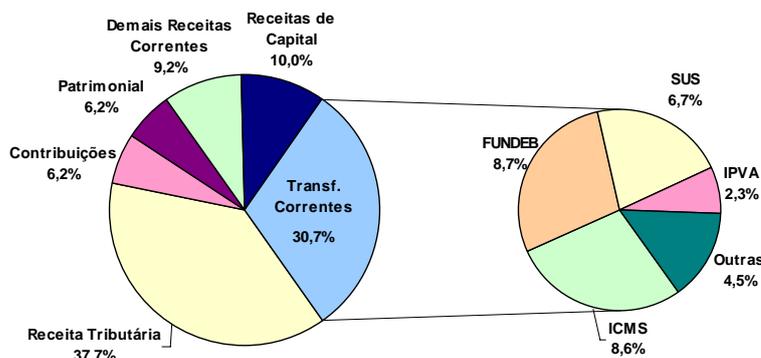
As Outras Taxas incluem as taxas de Inspeção Sanitária, de Licença para Estabelecimento (Alvará), de Licenciamento e Fiscalização de Obras Realizadas em Logradouros Públicos, de Autorização de Publicidade, de Obras em Áreas Particulares, de Uso de Área Pública, de Fiscalização de Transporte de Passageiros e de Fiscalização de Cemitérios, todas decorrentes de ações de poder de polícia.

Em 2010, foram arrecadados R\$ 74,113 milhões contra R\$ 68,883 milhões arrecadados no ano anterior. Esse incremento de R\$ 5,230 milhões em valores correntes equivale a um crescimento nominal de 7,6%.

III.1.2) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Maior participação na Receita Total depois da Receita Tributária, as Transferências Correntes contemplam os ingressos de recursos provenientes da União, do Estado, e de convênios, entre outros.

GRÁFICO X - COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
LEI ORÇAMENTÁRIA 2010 (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



Conforme demonstrado na tabela a seguir, foram transferidos ao Município R\$ 4,675 bilhões em 2010. Quando a arrecadação de 2010 é comparada aos R\$ 4,055 bilhões realizados em 2009, aponta para um crescimento de 15,3% nominais entre os dois exercícios.

TABELA X - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM
(TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Discriminação	JANEIRO A DEZEMBRO		DESEMPENHO	
	2009	2010	Var. Nominal	Var. %
Transfer. Correntes	4.055,4	4.675,3	620,0	15,3%
Intergovernamentais	4.037,6	4.638,7	601,1	14,9%
FPM líquido	114,3	141,4	27,1	23,7%
SUS	874,4	1.014,9	140,5	16,1%
ICMS líquido	1.173,0	1.304,8	131,9	11,2%
IPVA líquido	352,1	349,4	(2,7)	-0,8%
IPI-EXP líquido	27,6	33,0	5,4	19,7%
Royalties	122,4	145,4	23,1	18,8%
FUNDEB	1.112,8	1.321,0	208,2	18,7%
Salário-Educação	161,2	181,4	20,2	12,5%
Outras	99,9	147,3	47,4	47,5%
Convênios	17,8	36,6	18,9	106,3%

Fonte : RREO e Sistemas ORCAMENTO e FINCON.

Todas as transferências apresentaram crescimento real, com exceção do IPVA líquido da parcela do Município para composição do FUNDEB. Cabe analisar individualmente o desempenho das principais transferências, conforme apresentado a seguir.

- **Fundo de Participação do Município (FPM)** - A arrecadação do FPM em 2010, líquido da parcela do Município para composição do FUNDEB, atingiu o montante de R\$ 141,417 milhões, contra R\$ 114,307 milhões realizados em 2009. Esta transferência da União, composta por recursos do IPI e do Imposto de Renda, apresentou um crescimento de 23,7%, equivalente a um acréscimo de R\$ 27,109 milhões.

Parte do substancial crescimento nominal de 23,7% na transferência do FPM deveu-se à recuperação em 2010 dos níveis de arrecadação das receitas do IPI e do IR por parte da União, considerando que em 2009 esses tributos federais haviam sofrido quedas de arrecadação decorrentes dos efeitos da crise financeira internacional iniciada no último quadrimestre de 2008, que repercutiu no repasse de 2009 ao Município gerando uma redução de 6,7% em relação ao ano de 2008.

- **SUS** - O ingresso dos recursos provenientes do SUS atingiu em 2010 o montante de R\$ 1,015 bilhão contra R\$ 874,404 milhões arrecadados em 2009. Esse crescimento de 16,1% nominais é equivalente a um acréscimo de R\$ 140,461 milhões em valores correntes.

Parte do crescimento nominal de 16,1% obtido nas transferências do SUS em 2010 deveu-se, principalmente, ao ingresso de R\$ 56,445 milhões entre setembro e dezembro (R\$ 11,289 milhões/mês) referentes a recursos extras do MAC/Gestão Plena que foram disponibilizados pelo Ministério da Saúde através da Portaria MS nº 2.399 de 23/08/2010 considerando cinco competências (agosto a dezembro de 2010).

- **ICMS** - A arrecadação da transferência estadual do ICMS, líquido da parcela do Município para composição do FUNDEB, alcançou em 2010 o montante de R\$ 1,305 bilhão, contra R\$ 1,173 bilhão arrecadados em 2009. Houve um crescimento de 11,2% nominais, equivalente a um acréscimo de R\$ 131,867 milhões em valores correntes.

A retomada do crescimento das transferências do ICMS para o MRJ em 2010 é decorrente, principalmente, do crescimento nominal de 18,9% na arrecadação do ICMS do Estado do Rio de Janeiro em relação à arrecadação de 2009 (e da dívida ativa do ICMS, que também é transferida aos municípios), fruto da recuperação econômica e das ações de fiscalização da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

Além disso, atendendo à decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado no processo TCE/RJ nº 113.447-6/2004; ao pronunciamento da Procuradoria Geral do Estado no processo nº E-14/000.555/2009; e à Nota Técnica SEFAZ/SUPOF nº 14 de 11/05/2010, o Governador Sérgio Cabral autorizou, através do Decreto nº 42.516 de 16/06/2010, o pagamento das multas e dos acréscimos moratórios incidentes sobre o ICMS e o IPVA relativos à arrecadação estadual do período 2004 a 2009 aos municípios fluminenses. O pagamento se dará em prestações mensais sucessivas e iguais atualizadas pela UFIR-RJ ao longo de cinco anos (de julho de 2010 a junho de 2015).

O referido decreto prevê que os pagamentos das multas e dos acréscimos moratórios referentes às competências do ano de 2010 serão efetuados segundo o seguinte cronograma:

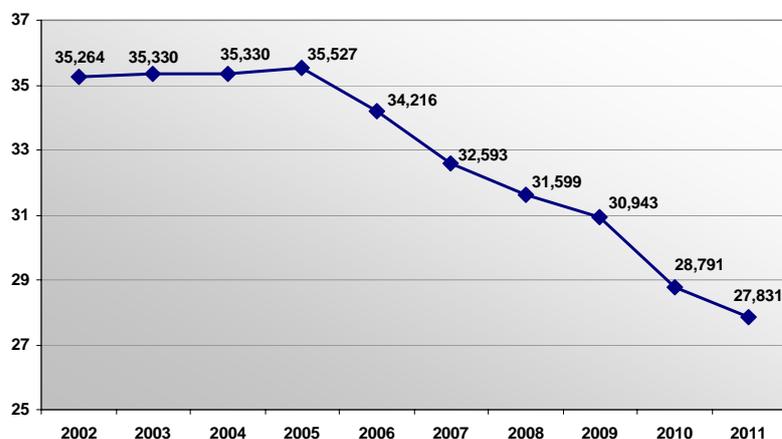
- Em julho de 2010 → repasse das competências de janeiro a abril de 2010;
- Em agosto de 2010 → repasse das competências de maio a julho de 2010;

- A partir de agosto de 2010 → repasse das competências de acordo com o fluxo mensal da arrecadação de ICMS e IPVA.

Entretanto, foram repassados em 2010 apenas os R\$ 4,714 milhões referentes aos pagamentos das competências de 2004 a 2009, que começaram a ser recebidos pelo MRJ a partir de julho.

Além disso, o crescimento da arrecadação estadual do ICMS poderia ter gerado uma transferência ainda maior para o Município, não fosse a queda em 2010 do IPM (Índice de Participação dos Municípios) para a Cidade do Rio de Janeiro, que vem recuando anualmente conforme mostra o Gráfico a seguir.

GRÁFICO XI - EVOLUÇÃO DO IPM DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
2002 A 2011



(*) 2011: Índice Definitivo (Decreto N.º 42.761 de 23/12/2010).

O Estado do Rio de Janeiro apura, anualmente, os Índices de Participação dos Municípios (IPM), que serão utilizados para rateio, durante o exercício seguinte, dos 25% da arrecadação do ICMS que caberão aos municípios. No caso do Município do Rio de Janeiro, o IPM vem apresentando quedas sucessivas, que causam impacto negativo na parcela transferida ao Município. Em 2010, o IPM, estabelecido pelo Decreto N.º 42.061 de 05/10/09, foi de 28,791, ou seja, houve queda de 7% em relação ao ano anterior.

Além disso, a Lei Estadual N.º 2.664, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a partilha aos municípios do produto da arrecadação do ICMS, atribuiu valores nulos ao Município do Rio de Janeiro nos critérios por ela estabelecidos (população, área geográfica, receita própria, cota mínima e ajuste econômico). Em decisão do Recurso Extraordinário N.º 401953 interposto pelo Município do Rio de Janeiro, o Supremo Tribunal Federal - STF proferiu em 2007 que são inconstitucionais tais dispositivos que excluem por completo o Município do Rio de Janeiro e determinou que o Estado do Rio de Janeiro recalcule os coeficientes de participação dos municípios (parcela de ¼ de 25%, art. 158, IV, par. ún., II, da Constituição), atribuindo ao Município do Rio de Janeiro a cota que lhe é devida nos termos dos critérios já definidos pela Lei 2.664/1996 e desde o

início da vigência de referida lei. No entanto, após a decisão do STF, foram apresentados Embargos de Declaração ao Recurso Extraordinário, ainda não julgados.

- **IPVA** - Em 2010, a transferência estadual do IPVA, líquida da participação do Município para formação do FUNDEB, atingiu o montante de R\$ 349,353 milhões contra R\$ 352,066 milhões arrecadados em 2009, indicando um recuo de 0,8% nominais.

Esse recuo está associado à queda do valor médio dos automóveis em 2009, identificada pela tabela FIPE e justificada pela suspensão do IPI nos carros novos naquele ano, assim como da redução de 4% para 3% da alíquota de automóveis flex em 2010 - Lei Estadual Nº 5.653 de 06 de janeiro de 2010, apesar do ingresso de R\$ 34,596 milhões das Multas e Acréscimos Moratórios do IPVA, sendo R\$ 19,641 milhões referentes à competência de 2010 e R\$ 14,955 milhões referentes ao parcelamento das competências de 2004 a 2009.

- **IPI-EXP** - A arrecadação da transferência estadual do IPI-EX, líquida da participação do Município para formação do FUNDEB, atingiu em 2010 o montante de R\$ 33,023 milhões contra R\$ 27,600 milhões realizados no ano anterior. Houve um crescimento nominal de 19,7%.

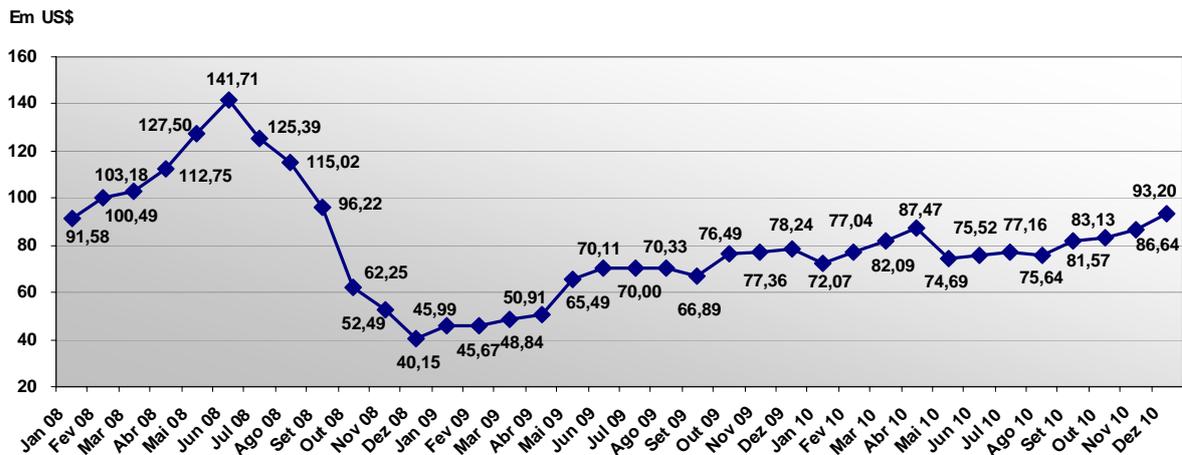
No ano de 2009, o IPI-EX enfrentou problemas devido aos efeitos da crise financeira internacional e a transferência líquida para o Município fechou o ano com uma queda de 19,2%.

Em 2010, os resultados demonstram uma recuperação do crescimento deste tributo.

- **ROYALTIES DO PETRÓLEO** - A arrecadação da transferência de Royalties do Petróleo atingiu o montante de R\$ 145,435 milhões em 2010 contra R\$ 122,382 milhões arrecadados em 2009. Esta transferência apresentou um crescimento nominal de 18,8%, equivalente a um acréscimo de R\$ 23,053 milhões, em decorrência do aumento da produção.

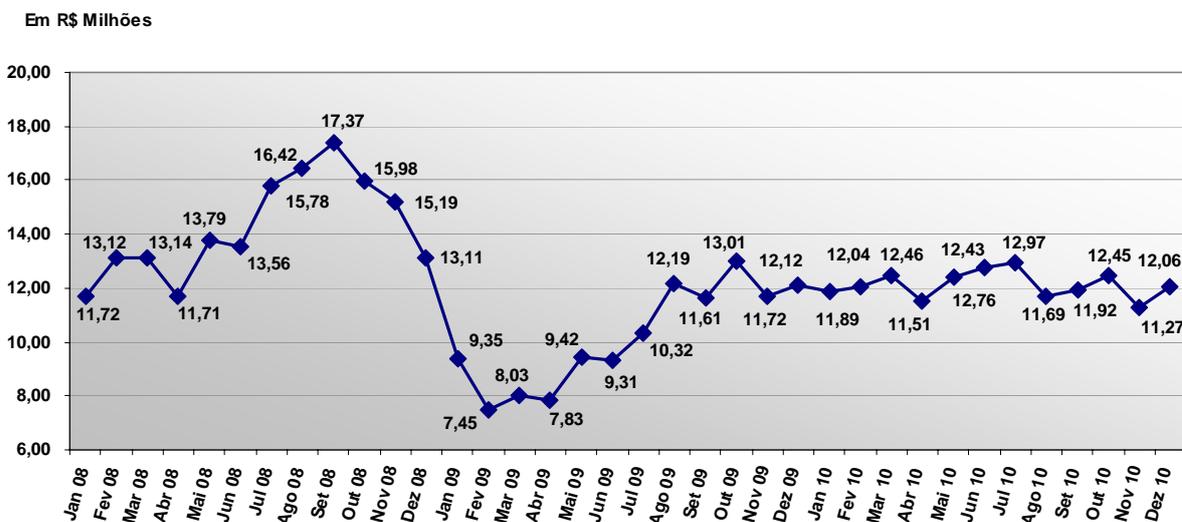
Além disso, o preço em dólares do barril de petróleo tipo Brent que iniciou o ano em US\$ 72,07 em janeiro, fechou o ano em US\$ 93,20, gerando o crescimento de 29,3% conforme demonstrado nos gráficos a seguir.

GRÁFICO XII - EVOLUÇÃO MENSAL DO PREÇO DO BARRIL DE PETRÓLEO TIPO BRENT (DE JANEIRO/2008 A DEZEMBRO/2010)



Fonte: Petrobrás.

GRÁFICO XIII - EVOLUÇÃO MENSAL DAS TRANSFERÊNCIAS DE ROYALTIES DO PETRÓLEO (JANEIRO/2008 A DEZEMBRO/2010)



- **FUNDEB** - A receita de transferência do FUNDEB atingiu o montante de R\$ 1,321 bilhão em 2010. Quando é comparada aos R\$ 1,113 bilhão realizados em 2009, evidencia um crescimento de 18,7% nominais entre os dois exercícios, que corresponde a um incremento de R\$ 208,235 milhões em valores correntes.

Parte do crescimento obtido nas transferências do FUNDEB em 2010 pode ser associado ao bom desempenho da transferência do ICMS, considerando que cerca de 82% da composição do FUNDEB se deve à cota-parte do ICMS. Compõem a base do fundo, as cotas-partes das transferências do FPM, ICMS, IPVA, IPI-Ex, Desoneração do ICMS nas Exportações - LC 87/96 (Lei Kandir), ITR, ITCM e FPE.

- **SALÁRIO EDUCAÇÃO** - A arrecadação da transferência do Salário Educação atingiu em 2010, o montante de R\$ 181,437 milhões contra R\$ 161,231 milhões arrecadados em 2009. Essa variação compreende um crescimento nominal de 12,5%, equivalente a um acréscimo de R\$ 20,206 milhões.
- **OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES** - Foram arrecadados R\$ 147,307 milhões contra R\$ 99,862 milhões realizados em 2009, obtendo um crescimento nominal de 47,5%, equivalente a um acréscimo de R\$ 47,445 milhões.

Ressalte-se o ingresso extraordinário de R\$ 26,050 milhões oriundos da transferência federal do FNDE- Programa Especial de Recuperação da Rede Física Escolar Pública danificada pelas chuvas ocorridas no mês de abril e o ingresso da Transferência do FNDE/Programa PNAE/Merenda Escolar no montante de R\$ 53,326 milhões.

III.1.3) DEMAIS RECEITAS CORRENTES

III.1.3.1) RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

No ano de 2010, a Receita de Contribuições atingiu o montante de R\$ 948,654 milhões, superior em 19,6% em termos nominais aos R\$ 793,059 milhões arrecadados em 2009. Este incremento foi da ordem de R\$ 155,596 milhões em valores correntes. Para melhor análise da variação, cabe analisar os destaques deste grupo de receita:

- **Contribuição Patronal** - Compreende a contribuição patronal ao regime próprio de previdência dos servidores públicos. Em 2010, a arrecadação foi de R\$ 513,079 milhões que, comparados aos R\$ 461,593 milhões arrecadados em 2009, demonstram um crescimento de 11,2%;
- **Contribuição dos Servidores** - Compreende a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema próprio de previdência, tendo arrecadado R\$ 273,691 milhões em 2010. Comparando-se aos R\$ 249,505 milhões arrecadados no ano anterior, verifica-se um crescimento nominal de 9,7%.

III.1.3.2) RECEITA PATRIMONIAL

A Receita Patrimonial obteve em 2010 uma arrecadação de R\$ 945,039 milhões contra R\$ 567,728 milhões realizados em 2009, o que equivale a um crescimento nominal de 66,5% entre os dois exercícios. A Receita Patrimonial é composta por:

- **Receitas de Valores Mobiliários** - Correspondem aos rendimentos de aplicações das disponibilidades em operações de mercado e são influenciados pelas oscilações da taxa média de juros e das disponibilidades dos saldos de caixa.

Em 2010, foram realizados R\$ 785,543 milhões que representam 83,1% da Receita Patrimonial arrecadada. O montante arrecadado gerou um crescimento nominal de 75,1% sobre os R\$ 448,687 milhões arrecadados no ano anterior, equivalente a um acréscimo de R\$ 336,856 milhões. Esse substancial crescimento foi motivado, principalmente, pelos rendimentos financeiros do Tesouro que cresceram 186,9% em relação à arrecadação de 2009. Em 2010, esses rendimentos atingiram R\$ 440,315 milhões contra R\$ 153,460 milhões realizados no ano anterior, significando um acréscimo de R\$ 286,855 milhões.

A Tabela XI a seguir mostra que na LOA 2010 cerca de 48,4% do total estimado para Receitas de Valores Mobiliários está previsto para as receitas de valores mobiliários do FUNPREVI, enquanto que cerca de 23,7% está previsto para rendimentos do Tesouro.

TABELA XI- RECEITA PATRIMONIAL - RENDIMENTOS DE VALORES MOBILIÁRIOS
(TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Discriminação	2010 LOA ¹ [A]	Arrecadação no Período		[C]/[A] %	[C]/[B] %	Compos. % LOA	Compos. % 2010
		2009 [B]	2010 [C]				
		Em R\$					
Tesouro (Fonte Recursos 100)	97.108.668	153.460.204	440.315.382	453,4%	186,9%	23,7%	56,1%
Outras Fontes Do Tesouro	70.238.734	84.457.527	136.179.311	193,9%	61,2%	17,2%	17,3%
PREVI-RIO	39.737.000	26.328.391	30.136.539	75,8%	14,5%	9,7%	3,8%
FUNPREVI	197.858.000	180.901.958	172.776.325	87,3%	-4,5%	48,4%	22,0%
Outras - Adm. Indireta	4.193.061	3.538.966	6.135.082	146,3%	73,4%	1,0%	0,8%
TOTAL	409.135.463	448.687.046	785.542.639	192,0%	75,1%	100,0%	100,0%

Entretanto, em 2010 essa proporção se inverteu, pois os rendimentos financeiros do Tesouro apresentaram um crescimento de 186,9% nominais (arrecadação de R\$ 440,315 milhões contra R\$ 153,460 milhões realizados em 2009), impulsionado pelos habituais ingressos em abril e outubro referentes ao cupom; pela venda de títulos federais em poder do Tesouro; e pelo substancial aumento das disponibilidades de caixa. Em 31 de dezembro de 2009, esse montante era da ordem de R\$ 1,638 bilhão, referentes a recursos ordinários não vinculados aplicados em operações compromissadas. Com a arrecadação observada, os rendimentos do Tesouro passaram a representar 56,1% do total arrecadado de Receitas de Valores Mobiliários enquanto que os do Funprevi passaram a representar 22%.

- **Outras Receitas Patrimoniais** - Este grupo é composto por receitas provenientes de aluguéis, foros, laudêmios, concessões e permissões, e etc. A arrecadação deste grupo atingiu o montante de R\$ 159,496 milhões em 2010, ou seja, uma variação nominal de 34% sobre os R\$ 119,041 milhões arrecadados em 2009, gerando um acréscimo de R\$ 40,455 milhões entre os dois exercícios,

também contribuindo para o crescimento das Receitas Patrimoniais, sendo que sua arrecadação em 2010 representou 16,9% da Receita Patrimonial arrecadada.

O acréscimo entre os dois exercícios é proveniente, principalmente, da receita de Concessões e Permissões que arrecadou R\$ 52,635 milhões contra R\$ 31,082 milhões do ano anterior, crescendo 69,3% entre os dois períodos; e da receita de Juros de Empréstimos - Financiamento Imobiliário do Funprevi que arrecadou R\$ 47,082 milhões contra R\$ 34,926 milhões realizados em 2009, apresentando um crescimento de 34,8%. Também vale mencionar os R\$ 13,264 milhões realizados pela receita de Remuneração Provisória de Ocupação - F/SPA, sendo que em 2009 não houve ingresso para esta rubrica.

III.1.3.3) RECEITA INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS

As Receitas Industrial e de Serviços compreendem, majoritariamente, recursos diretamente arrecadados pela administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista). Juntas, arrecadaram em 2010 R\$ 310,451 milhões, enquanto que no mesmo período do exercício anterior a arrecadação foi de R\$ 211,455 milhões. Apresentaram, portanto, um crescimento de 46,8%, equivalente a um crescimento de R\$ 98,995 milhões.

III.1.3.4) OUTRAS RECEITAS CORRENTES

No ano de 2010, as Outras Receitas Correntes atingiram o montante de R\$ 1,092 bilhão que, comparado com os R\$ 663,760 milhões arrecadados em 2009, aponta um expressivo crescimento de 64,5% em termos nominais, equivalente a um acréscimo de R\$ 428,048 milhões.

TABELA XII - OUTRAS RECEITAS CORRENTES POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM
VARIAÇÃO NOMINAL ENTRE OS EXERCÍCIOS DE 2009 E 2010 (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ Milhões

Discriminação	JANEIRO A DEZEMBRO		DESEMPENHO	
	2009	2010	Var. Nominal	Var. %
Outras Receitas Correntes	663,8	1.091,8	428,0	64,5%
Multas e Juros de Mora	335,3	393,1	57,8	17,2%
Indenizações e Restituições	23,4	40,2	16,8	71,5%
Dívida Ativa	164,5	240,3	75,8	46,1%
Receitas Diversas	140,5	418,2	277,7	197,7%

Fonte : RREO e Sistemas ORCAMENTO e FINCON.

Todas as rubricas apresentaram crescimentos nominais e tiveram uma arrecadação acima dos valores previstos na LOA. Cabe esclarecer algumas dessas variações, conforme demonstrado a seguir.

- **Multas e Juros de Mora** - Este grupo de receita arrecadou em 2010 R\$ 393,087 milhões contra R\$ 335,317 milhões realizados no ano anterior. A variação entre os dois períodos indica um crescimento de 17,2%, equivalente a um acréscimo de R\$ 57,770 milhões em termos nominais.

Os destaques para o crescimento da arrecadação deste grupo foram a receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IPTU que cresceu 22,9% no período - de R\$ 108,264 milhões em 2009 para R\$ 133,075 milhões em 2010 ; a receita de Multas de Trânsito que cresceu 20,1% - de R\$ 105,389 milhões para R\$ 126,601 milhões, em valores correntes; e a receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ISS que cresceu 45,5% - de R\$ 26,807 milhões em 2009 para R\$ 39,006 milhões em 2010.

- **Indenizações e Restituições** - As Indenizações e Restituições cresceram 71,5% entre os anos de 2009 e 2010. Em 2009, foram arrecadados R\$ 23,446 milhões, enquanto que em 2010 ingressaram R\$ 40,218 milhões, apontando um acréscimo de R\$ 16,772 milhões.
- **Dívida Ativa** - No ano de 2010, foram arrecadados R\$ 240,282 milhões contra R\$ 164,506 milhões realizados no ano anterior. Essa variação aponta um acréscimo de R\$ 75,775 milhões em termos nominais equivalente a um crescimento de 46,1%.

Conforme pode ser observado na tabela abaixo, o destaque para o crescimento da arrecadação deste grupo foi a receita de Dívida Ativa Não Tributária que cresceu 241,4% entre os dois anos (de R\$ 20,626 milhões em 2009 para R\$ 70,413 milhões em 2010).

TABELA XIII - DETALHAMENTO DA DÍVIDA ATIVA

DESCRIÇÃO	2010 LOA ¹ [A]	Arrecadação no Período		[C]/[A] %	[C]/[B] %	Compos. % LOA	Compos. % 2010
		2009 [B]	2010 [C]				
		Em R\$					
Dívida Ativa do IPTU	98.294.635	95.593.922	113.477.974	115,4%	18,7%	60,8%	47,2%
Dívida Ativa do ISS	23.662.736	22.793.482	32.457.216	137,2%	42,4%	14,6%	13,5%
Dívida Ativa da TCDL	20.289.122	19.925.478	19.871.610	97,9%	-0,3%	12,6%	8,3%
Dívida Ativa Outros Impostos	2.012.029	2.440.672	2.022.976	100,5%	-17,1%	1,2%	0,8%
Dívida Ativa de taxas	1.649.668	3.126.814	2.038.369	123,6%	-34,8%	1,0%	0,8%
Dívida Ativa Não Tributária	15.675.104	20.626.021	70.413.571	449,2%	241,4%	9,7%	29,3%
TOTAL	161.583.294	164.506.389	240.281.716	148,7%	46,1%	100,0%	100,0%

Fonte : ORÇAMENTO e FINCON.

¹ Lei Orçamentária Nº 5.148 de 21 de janeiro de 2010.

- **Receitas Diversas** - Este grupo de receitas, em 2010, atingiu o montante de R\$ 418,222 milhões, contra R\$ 140,491 milhões realizados em 2009. Esta variação indica um crescimento nominal de 197,7% entre os dois períodos, equivalente a um acréscimo de R\$ 277,731 milhões em valores correntes.

Os destaques foram: a receita de Conversão de Depósitos Judiciais Tributários - DJT que arrecadou em 2010 R\$ 290,615 milhões, enquanto que em 2009 houve ingresso de R\$ 76,207 milhões; e a Receita de Contrapartida em Regularização de Obras - FMH que arrecadou R\$ 63,602 milhões em 2010 contra R\$ 17,414 milhões realizado em 2009. Os ingressos desta receita estão sendo influenciados pela Lei Complementar Nº 99 de 23/09/2009 que ficou conhecida como a lei de regularização dos "puxadinhos".



SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

III.2) RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital realizadas ao longo de 2010 atingiram o montante de R\$ 1,524 bilhão contra R\$ 315,896 milhões realizados no ano anterior. Essa variação corresponde a um expressivo crescimento de 382,4% em termos nominais que, em valores absolutos, corresponde a R\$ 1,208 bilhão, decorrente, principalmente, da receita realizada pelas operações de crédito, conforme apresentado a seguir.

As Operações de Crédito atingiram em 2010 o montante de R\$ 1,005 bilhão, contra R\$29,970 milhões realizados no ano anterior. Do total realizado no período, R\$ 958,764 milhões referem-se à primeira liberação do contrato com o BIRD relativo à reestruturação da dívida renegociada ocorrida no mês de agosto. O segundo repasse, estimado em R\$ 880 milhões, ocorrerá em 2011.

As demais liberações neste período correspondem aos programas Pro-Moradia, no montante de R\$ 27,061 milhões, Saneamento para Todos, no montante de R\$ 17,880 milhões e PMAT II, no montante de R\$ 1,720 milhão, conforme demonstrado na Tabela a seguir.

TABELA XIV- OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Discriminação	2010 LOA ¹ [A]	Arrecadação no Período		[C]/[A] %	[C]/[B] %	Compos. % LOA	Compos. % 2010
		2009 [B]	2010 [C]				
		Saneamento para Todos/Rio-Águas	98.354.179				
PMAT II	2.000.000	-	1.720.000	86,0%	-	0,6%	0,2%
Pro-Moradia	91.172.204	6.042.386	27.060.982	29,7%	347,9%	26,5%	2,7%
BIRD 7942 - BR - Refinanciamento de Dívida Contratual	-	-	958.764.000	-	-	0,0%	95,4%
Av. Brasil	-	6.000.198	-	-	-100,0%	0,0%	0,0%
Reluz	736.842	-	-	-	-	0,2%	0,0%
Total Fonte 110	192.263.225	29.969.815	1.005.425.192	522,9%	3254,8%	55,8%	100,0%
PMAT III	10.000.000	-	-	-	-	2,9%	0,0%
Reluz II	24.185.000	-	-	-	-	7,0%	0,0%
BID-Rio Criança Maravilhosa	6.000	-	-	-	-	0,0%	0,0%
BID-Plano de Revitalização Portuária	5.500	-	-	-	-	0,0%	0,0%
BID-PROAP III	39.746.358	-	-	-	-	11,5%	0,0%
PNAFM	43.117.200	-	-	-	-	12,5%	0,0%
Corredor T5	1.000	-	-	-	-	0,0%	0,0%
Reestrut. da Dívida Renegociada	2.000	-	-	-	-	0,0%	0,0%
Total Fonte 112	117.063.058	-	-	-	-	34,0%	0,0%
Urbaniz., Adm., e Proj. PROAP III	35.226.217	-	-	-	-	10,2%	0,0%
Total Fonte 132	35.226.217	-	-	-	-	10,2%	0,0%
TOTAL	344.552.500	29.969.815	1.005.425.192	291,8%	3254,8%	100,0%	100,0%

Fonte : ORÇAMENTO e FINCON.

¹ Lei Orçamentária Nº 5.148 de 21 de janeiro de 2010.

Com relação aos pleitos em negociação, houve reprogramação das liberações, tais como o PROAP III, o PNAFM e o Reluz II, cujas estimativas de ingresso na LOA eram de R\$ 39,746 milhões, R\$ 43,117 milhões e R\$ 24,185 milhões, respectivamente, tendo o início dos ingressos sido reprogramado para 2011.

Também merecem destaque neste grupo, as receitas de Transferências de Capital, cuja arrecadação em 2010 atingiu o montante de R\$ 284,823 milhões. Ao comparar com os R\$ 120,684 milhões realizados no ano anterior, verifica-se um crescimento nominal da ordem de 136%, equivalente a R\$ 164,139 milhões em termos nominais.

As Transferências de Capital são quase na totalidade recursos provenientes de transferências federais, previstas na rubrica Convênios, em que se destacam os convênios para o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento e para o PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

Conforme observado na tabela a seguir, dos R\$ 110,714 milhões previstos para o PAC em 2010, foram transferidos para o Município R\$ 86,197 milhões, o equivalente a 77,9% da previsão. Com relação aos recursos estimados para o PRONASCI, na ordem de R\$ 100,136 milhões, foram arrecadados como Receita de Capital R\$ 22,613 milhões. No entanto, cabe esclarecer que parte dos recursos do PRONASCI, arrecadados em 2010, foi contabilizada como Transferências Correntes. Somando as duas categorias econômicas, foram arrecadados R\$ 39,530 milhões para o PRONASCI .

Cabe destacar o ingresso extraordinário de R\$ 90 milhões, ocorrido nos meses de junho e novembro, referente ao repasse federal para ações emergenciais relativas às chuvas de abril.

TABELA XV - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL (CONVÊNIOS)

Discriminação	2010 LOA ¹ [A]	Arrecadação no Período		Em R\$		Compos. % LOA	Compos. % 2010
		2009 [B]	2010 [C]	[C]/[A] %	[C]/[B] %		
		Convênios do PAC	110.713.527	83.306.272	86.196.966		
Convênios PRONASCI ²	100.135.782	-	22.613.155	22,6%	-	25,7%	10,3%
Ações Emergenciais - Chuvas	-	-	90.000.000	0,0%	-	0,0%	40,8%
Outros Convênios	178.763.118	15.214.796	21.553.298	12,1%	41,7%	45,9%	9,8%
TOTAL CONVÊNIOS DE CAPITAL	389.612.427	98.521.068	220.363.419	56,6%	123,7%	100,0%	100,0%

Fonte : ORÇAMENTO e FINCON.

¹ Lei Orçamentária Nº 5.148 de 21 de janeiro de 2010.

² Foram consideradas todas as sub-rubricas cadastradas com a descrição Pronasci.

Além dos Convênios de Capital, estão classificados como Transferências de Capital, na rubrica Outras, as receitas provenientes de Licenciamento de Grupamento de Edificações, que arrecadaram R\$ 35,369 milhões, e o ingresso extraordinário de R\$ 26,050 milhões oriundos de transferência federal do FNDE para recuperação da rede física escolar pública danificada pelas chuvas ocorridas no mês de abril. Em 2010, foram arrecadados neste grupo R\$ 64,459 milhões contra R\$ 22,163 milhões realizados em 2009.

IV) DESPESA MUNICIPAL

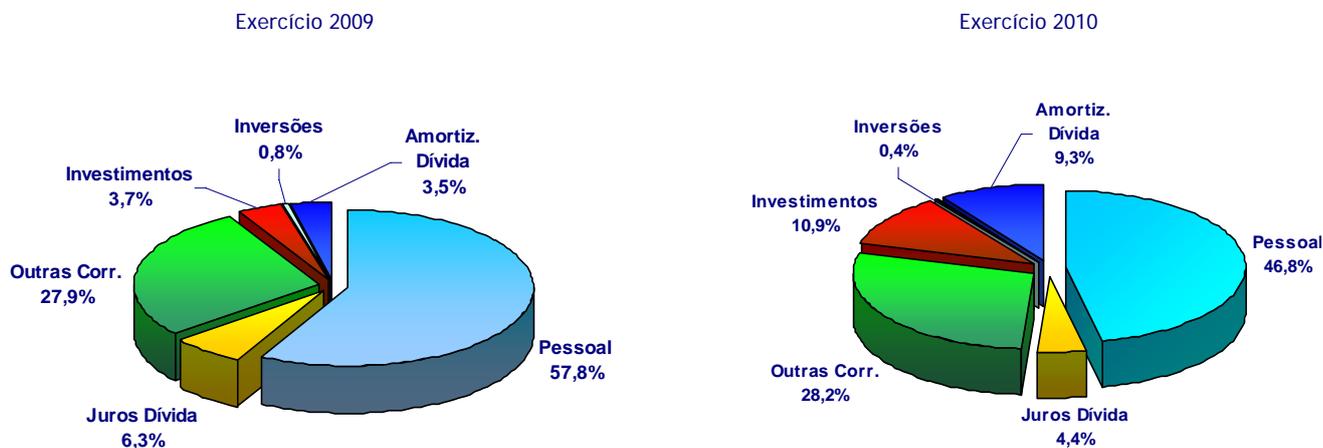
IV.1) DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

A Tabela XVI apresenta a execução orçamentária do ano 2010 referenciada pelos valores empenhados em igual período de 2009 por Grupos de Natureza de Despesa.

TABELA XVI - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS POR CATEGORIA ECONÔMICA
6º BIMESTRE DE 2009 E 2010 (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Execução Orçamentária		Em R\$ Milhões			
Categoria	Grupo	2009	2010	Variação	
		Empenhado	Empenhado	Nominal	%
Corrente	Pessoal	6.222,4	6.677,2	454,8	7,3%
	Juros da Dívida	679,8	625,7	(54,1)	-8,0%
	Outras Correntes	3.006,2	4.025,1	1.019,0	33,9%
	Total	9.908,4	11.328,0	1.419,6	14,3%
Capital	Investimentos	400,7	1.560,1	1.159,3	289,3%
	Inversões	84,4	58,2	(26,1)	-31,0%
	Amortização da Dívida	376,7	1.332,6	955,9	253,8%
	Total	861,8	2.950,9	2.089,1	242,4%
Reserva de Contingência		-	-	-	-
Total geral		10.770,1	14.278,9	3.508,8	32,6%

GRÁFICO XIV - PARTICIPAÇÃO DE CADA GRUPO DE DESPESA NO ORÇAMENTO TOTAL LIQUIDADADO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



Pelos dados apresentados, verifica-se que o valor empenhado em 2010 foi 32,6% superior ao mesmo período do exercício anterior. Esta variação em termos nominais representa R\$ 3.508,8 milhões e deveu-se, principalmente, à Amortização da Dívida ocorrida em função da operação com BIRD para a reestruturação da dívida municipal.

As Despesas Correntes cresceram 14,3%, destacando-se o crescimento de 33,9% decorrente da maior agilidade na execução das despesas de custeio no início do exercício de 2010 em comparação com a baixa execução orçamentária destas despesas no início do exercício 2009.

Em relação às despesas com Pessoal e Encargos Sociais, verifica-se incremento nominal de 7,3% entre os exercícios de 2009 e 2010. No âmbito da Administração Direta, a variação na despesa de pessoal foi de 5,6% e na Administração Indireta foi de 9,8%. Tais variações decorreram, principalmente, dos reajustes anuais e acréscimos no quantitativo de funcionários.

O aumento de R\$ 1,159 bilhão nas despesas de Investimentos, que percentualmente representa incremento de 289,3% em relação ao mesmo período do exercício anterior, demonstra que a Prefeitura retomou de fato seu cronograma de investimento, naqueles que são os projetos prioritários para a Cidade, muitos deles assinalados no Planejamento Estratégico delineado ao longo de 2009.

O rigor fiscal, o controle no dispêndio e na qualidade dos gastos, particularmente aqueles com Pessoal e Encargos, foi imprescindível para a recuperação da capacidade de investimento do Município. O orçamento de 2009 encontrado pela atual Administração previa um dispêndio de 51,1% com Pessoal - perigosamente próximo ao limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal - e apenas 7% para investimentos. Com a contenção dos gastos de pessoal, cuja trajetória descrente é apresentada abaixo, a situação pôde ser revertida e as despesas com Investimentos ampliadas para 10% das Receitas Totais, um percentual ainda mais surpreendente se considerado o expressivo crescimento das mesmas.

TABELA XVII - DESPESAS DE PESSOAL E O LIMITE DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

	2008	2009	2010
	Em R\$		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	4.706.836.226	4.842.724.172	5.118.007.190
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.666.782.803	10.401.075.341	12.642.577.862
%	48,69%	46,56%	40,48%
Limite Poder Executivo	54,00%	54,00%	54,00%
Limite Prudencial Poder Executivo	51,30%	51,30%	51,30%

IV.2) DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

Pela tabela abaixo, verifica-se que as áreas de Educação, Saúde e Previdência representaram, no ano de 2010, 50,6% das despesas orçamentárias. Outras funções com participação mais expressiva na composição dos gastos foram: Encargos Especiais com 14,6%, Urbanismo com 12,7% e Administração com 7,2%. Somente estas seis funções representam 85,0% dos gastos do Município.

TABELA XVIII - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO
EXERCÍCIO 2010 (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

FUNÇÃO	Em R\$ Milhões Correntes				Compos. % 2010
	Empenhado		Variação		
	2009	2010	Nominal	%	
Educação	2.158,5	2.578,1	419,6	19,4%	18,1%
Saúde	2.023,5	2.512,6	489,1	24,2%	17,6%
Previdência Social	2.018,8	2.133,9	115,1	5,7%	14,9%
Encargos Especiais	1.150,9	2.083,3	932,4	81,0%	14,6%
Urbanismo	774,4	1.811,8	1.037,4	134,0%	12,7%
Administração	797,8	1.024,3	226,5	28,4%	7,2%
Legislativa	408,6	435,0	26,4	6,5%	3,0%
Saneamento	277,4	368,8	91,3	32,9%	2,6%
Assistência Social	323,6	339,0	15,5	4,8%	2,4%
Habitação	242,1	250,8	8,7	3,6%	1,8%
Segurança Pública	172,0	165,6	-6,3	-3,7%	1,2%
Transporte	122,4	156,3	33,9	27,7%	1,1%
Cultura e Desporto/Lazer	96,5	137,9	41,4	42,9%	1,0%
Gestão Ambiental	59,5	93,2	33,7	56,7%	0,7%
Outras Funções	144,1	188,3	44,2	30,7%	1,3%
TOTAL	10.770,1	14.278,9	3.508,8	32,6%	100,0%

Cumprir esclarecer que, em relação ao Relatório de Transparência Fiscal do exercício de 2009, a participação percentual da Função 28 - Encargos Especiais foi impactada pela operação de renegociação da dívida, reduzindo desta forma os percentuais acima verificados nas outras funções de governo. Entretanto, constata-se que as aplicações de recursos nas áreas da Saúde e Educação, desconsiderados os valores assinalados acima, representam hoje 38,2% de todos os recursos do Município. Este esforço viabilizou as metas traçadas pela atual Administração pela criação de novas creches, contratação de professores e médicos, criações das Escolas do Amanhã, de Clínicas da Família, entre outros investimentos em áreas prioritárias.



SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Destaque-se que na área da Saúde, em relação ao limite mínimo de 15% de gastos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município aplicou 16,91% nos referidos serviços públicos, o que representa R\$ 155,6 milhões acima do fixado pela lei federal⁶.

⁶ A elevação faz parte da estratégia da Prefeitura que pretende aplicar mais de 20% de seu Orçamento em Saúde até 2013.

V) CAPTAÇÃO DE RECURSOS

V.1) O PAC NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

O último quadrimestre de 2010 coroou um ano de intenso trabalho dedicado à preparação e gestão de novas operações junto às Instituições de Fomento Nacionais e a União Federal, com a contratação de 10 operações de crédito com a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que somam aproximadamente R\$ 2 Bilhões.

As intervenções abrangem a área de mobilidade urbana, notadamente a Implantação do BRT (*Bus Rapid Transit*) Corredor Transcarioca, que ligará a Barra da Tijuca à Penha, e numa segunda etapa ao Aeroporto Antonio Carlos Jobim, no Galeão.

Na área de saneamento, a região de Santa Cruz receberá a implantação de sistema de esgotamento sanitário, e em Jacarepaguá as intervenções incluem obras de meso e macrodrenagem. Serão beneficiadas, também, 8 comunidades com obras de urbanização, englobando a instalação de redes de água e esgoto, iluminação pública, pavimentação e construção de equipamentos comunitários.

O quadro, a seguir, apresenta as recentes contratações, relacionadas a seus Agentes Financeiros:

TABELA XIX - PAC RESUMO DAS OPERAÇÕES CONTRATADAS EM 2010

Em R\$

CONTRATOS 2010	USOS E FONTES			AGENTE FINANCEIRO	Programa
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL		
Corredor Transcarioca	131.000.000	1.179.000.000	1.310.000.000	BNDES	PAC-Copa
Lotes 1B/ e 1C Jacarepaguá	10.447.000	198.493.000	208.940.000		PAC-Saneamento
Saneando Santa Cruz	10.907.662	207.245.580	218.153.242		PAC-Saneamento
Colônia Juliano Moreira	2.103.589	39.968.200	42.071.789		PAC-Moradia
a Babilônia e C Mangueira	2.096.000	39.824.000	41.920.000		PAC-Moradia
Jardim do Amanhã - C Deus	1.888.000	35.872.000	37.760.000	CEF	PAC-Moradia
Complexo do Alemão	3.157.297	59.988.648	63.145.945		PAC-Moradia
Complexo de Mangunhos	1.571.696	29.862.220	31.433.916		PAC-Moradia
Morro da Coroa	1.190.558	22.620.599	23.811.157		PAC-Moradia
Comunidade Guarabu	1.023.083	19.438.569	20.461.651		PAC-Moradia
TOTAL	165.384.885	1.832.312.816	1.997.697.701		

Fonte: F/SMT/ACR.

Com relação às operações em andamento do PAC, que contam com recursos do OGU, a excelente notícia decorre da publicação da Portaria 656 do MCidades, que estende os benefícios de redução de contrapartida a todos os Instrumentos previamente firmados, cujos efeitos cessariam em 30/12/10, garantindo assim, um incremento nos ingressos futuros da ordem de R\$ 6 Milhões.

Em 2010, o PAC/OGU executou serviços que totalizam R\$ 79 milhões, cabendo ao Tesouro Municipal participar com apenas R\$ 2,9 milhões, alcançando um percentual de execução equivalente a 73,7 %.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

TABELA XX - PAC OGU 2007

PAC - OGU 2007	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2010			TOTAL REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
Complexo da Tijuca	13.397.000	56.695.000	70.092.000	0	11.748.203	11.748.203	10.741.859	50.893.580	61.635.439
Sepetiba	2.539.245	14.582.361	17.121.607	0	3.409.405	3.409.405	1.977.938	13.033.604	15.011.541
Colônia Juliano Moreira	24.000.000	76.000.000	100.000.000	2.012.189	16.191.677	18.203.866	3.543.357	27.509.274	31.052.631
SOEICON/Centro I/II	3.229.468	10.511.152	13.740.620	680.449	2.171.077	2.851.526	1.501.265	6.306.300	7.807.565
Complexo de Manguinhos	14.417.000	79.320.000	93.737.000	213.008	27.285.488	27.498.497	13.372.513	71.036.753	84.409.266
Complexo do Alemão	17.900.316	88.799.684	106.700.000	0	15.294.526	15.294.526	17.900.316	77.986.987	95.887.302
TOTAL	75.483.029	325.908.198	401.391.227	2.905.646	76.100.376	79.006.022	49.037.247	246.766.497	295.803.744

Fonte: F/SMT/ACR.

TABELA XXI - PAC OGU 2008

PAC - OGU 2008	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2010			TOTAL REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
Vila Catiri - FNHIS	1.063.000	3.032.000	4.095.000	222.991	1.507.869	1.730.859	348.451	1.863.461	2.211.912
TOTAL	1.063.000	3.032.000	4.095.000						

Fonte: F/SMT/ACR.

Os contratos do Programa Pró-Moradia/2008, direcionados às intervenções de urbanização de assentamentos informais, apresentam uma curva de gastos ascendente, mas ainda assim abaixo das previsões de faturamento para o exercício, transferindo para 2011, o ônus da execução de 80% dos serviços previstos.

TABELA XXII- PAC FGTS 2007

PAC - FGTS 2007	USOS E FONTES			TOTAL REALIZADO ACUMULADO			A REALIZAR		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
San Sepetiba - Esg PGuaratiba	2.766.200	11.064.800	13.831.000	2.700.659	10.802.637	13.503.297	65.541	262.163	327.703
TOTAL	2.766.200	11.064.800	13.831.000	2.700.659	10.802.637	13.503.297			

Fonte: F/SMT/ACR.

TABELA XXIII - PAC FGTS 2008

PAC - FGTS 2008	USOS E FONTES			TOTAL REALIZADO ACUMULADO			A REALIZAR		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
Reg. Fundiária Fernão Cardim	24.923	473.535	498.458	1.018	19.344	20.362	23.905	454.192	478.097
Urb A. Lima / S.Rodrigues	2.096.628	21.634.936	23.731.564	186.244	1.920.589	2.106.834	1.910.384	19.714.347	21.624.730
Urb São Carlos	1.999.307	21.145.147	23.144.453	57.986	613.150	671.136	1.941.320	20.531.997	22.473.317
Urb Nova Divinéia e outros	1.581.551	16.678.484	18.260.035	136.866	1.443.575	1.580.442	1.444.685	15.234.909	16.679.594
Urb Guarabu	1.467.629	27.884.943	29.352.572	424.781	8.070.830	8.495.611	1.042.848	19.814.113	20.856.961
Urb Areal	1.110.159	5.464.145	6.574.304	560.854	2.759.773	3.320.627	549.306	2.704.372	3.253.678
Urb Vila Esperança	1.440.168	15.083.405	16.523.573	93.767	981.541	1.075.308	1.346.401	14.101.864	15.448.265
Urb Vila Rica de Irajá	2.131.695	22.292.173	24.423.868	391.028	4.088.101	4.479.129	1.740.667	18.204.072	19.944.739
Urb João Lopes	828.109	5.324.794	6.152.903	251.386	1.616.266	1.867.651	576.724	3.708.528	4.285.252
Urb Parque Alegria	410.299	7.795.672	8.205.971	207.536	3.943.180	4.150.716	202.763	3.852.492	4.055.254
Urb Vila Catiri	1.100.668	8.638.944	9.739.612	373.306	2.930.291	3.303.598	727.362	5.708.653	6.436.014
P Linear- Rio Acari	2.470.937	46.947.800	49.418.737	299.138	5.683.626	5.982.764	2.171.799	41.264.174	43.435.973
TOTAL	16.662.073	199.363.978	216.026.051	2.983.910	34.070.267	37.054.177	13.678.163	165.293.711	178.971.874

Fonte: F/SMT/ACR.

As operações contratadas no âmbito do PAC-OGU/2009, devido a sua abrangência e complexidade, continuam em processo de aprovação técnica. O Contrato de maior expressão refere-se à Etapa 1A do Programa de Recuperação Ambiental de Jacarepaguá, e as demais intervenções destinam-se a obras de urbanização de favelas e melhorias habitacionais. Devido a dificuldades técnicas, que distanciam o

valor do Contrato de Repasse da real necessidade da intervenção, o órgão executor optou pelo distrato do Instrumento referente ao Loteamento Estrela D'Alva.

TABELA XXIV - PAC OGU 2009

PAC - OGU 2009	USOS E FONTES			TOTAL REALIZADO			A REALIZAR			Em R\$
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	
Lote 1A Jacarepaguá	6.515.000	123.785.000	130.300.000	0	0	0	6.515.000	123.785.000	130.300.000	
Loteamento Estrela Dalva	278.000	3.193.000	3.471.000	0	0	0				DISTRATADO
Loteamento Piaí	936.000	10.361.000	11.297.000	0	0	0	936.000	10.361.000	11.297.000	
Complexo da Tijuca - comp	2.405.000	27.661.000	30.066.000	0	0	0	2.405.000	27.661.000	30.066.000	
TOTAL	10.134.000	165.000.000	175.134.000	0	0	0	9.856.000	161.807.000	171.663.000	

Fonte: F/SMT/ACR.

Apresentamos a seguir, quadro resumo da totalidade dos Contratos firmados, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, demonstrando a relevância que o Programa assume no âmbito dos Investimentos Municipais.

TABELA XXV - PAC RESUMO DAS OPERAÇÕES CONTRATADAS

Modalidade	Situação	USOS E FONTES			Em R\$
		PCRJ	EXTERNO	TOTAL	
Repasse	Contratos 2007	75.483.029	325.908.198	401.391.227	
	Contratos 2008	1.063.000	3.032.000	4.095.000	
	Contratos 2009	10.134.000	165.000.000	175.134.000	
Empréstimo	Contratos 2007	2.766.200	11.064.800	13.831.000	
	Contratos 2008	16.662.073	199.363.978	216.026.051	
	Contratos 2009	165.384.885	1.832.312.816	1.997.697.701	
TOTAL		271.493.187	2.536.681.792	2.808.174.979	

Fonte: F/SMT/ACR.

VI) ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CAIXA E DÍVIDA

GESTÃO DO CAIXA MUNICIPAL

O Tesouro Municipal mantém a aplicação financeira do caixa da Administração Direta Municipal alinhada com as rentabilidades de mercado em ativos de baixo risco de crédito.

Os fundos de investimento exclusivos, administrados por instituições oficiais líderes no mercado de administração de recursos, apresentaram rentabilidade média próxima a 99% do CDI em 2010, estando concentrados em títulos públicos federais de alta liquidez. As taxas de administração destes fundos foram reduzidas ao longo de 2009, mantendo-se atualmente em uma taxa média de 0,15% ao ano.

O Tesouro mantém também aplicações diretas em títulos públicos federais, tanto através de operações compromissadas lastreadas nos mesmos, como da manutenção de uma carteira própria adquirida em exercícios anteriores. Esta carteira própria apresentou rendimento de mercado bem acima do CDI ao longo de 2010, tendo em vista a redução nas taxas de juros negociadas no mercado (e o conseqüente aumento nos preços de mercado) desde o fim de 2009.

As receitas financeiras sob responsabilidade do Tesouro Municipal (Administração Direta) totalizaram R\$ 576 milhões no ano, contribuindo para a melhora dos índices financeiros da Prefeitura. Tais receitas compreendem o rendimento dos fundos de investimento e das operações compromissadas, os juros recebidos do Tesouro Nacional e os resultados das negociações com a carteira de títulos federais. Devido especialmente ao resultado da carteira de títulos federais, o rendimento médio total do caixa sob administração do Tesouro Municipal foi de 128,40% da Selic em 2010.

Os recursos financeiros das empresas, autarquias e fundações com tesouraria própria são administradas pelas Diretorias Financeiras de cada entidade, sendo determinada a aplicação nos fundos de investimentos utilizados pelo Tesouro Municipal ou em produtos de mesmo risco de crédito. Por seu turno, as entidades administradas pelo PreviRIO (incluindo Funprevi e Fass) possuem política de investimento própria, aprovada pelo Conselho de Administração, dada a especificidade do setor previdenciário, que possui regulamentação específica e previsão de independência da gestão em relação ao patrocinador. O conjunto de todas essas entidades municipais sob administração de tesourarias próprias gerou rendimentos financeiros de R\$ 209 milhões (incluindo R\$ 203 milhões das entidades previdenciárias), os quais, somados aos R\$ 576 milhões apurados na Administração Direta, totalizam R\$ 785,5 milhões de receitas financeiras em 2010.

DÍVIDA FINANCEIRA

O estoque da dívida bruta financeira em dezembro de 2010 atingia R\$ 8,18 bilhões, distribuídos pelos credores abaixo:

TABELA XXVI - ESTOQUE DA DÍVIDA BRUTA FINANCEIRA

Credor	Saldo em R\$ Mil (31/12/2010)	Encargos Médios Anuais	Último vencimento
União em R\$ (1 contrato)	6.599.699	IGP-DI + 7,51%	2029
Banco Mundial (1 contrato)	907.934	US\$ + 0,65%	2040
BNDES (1 contrato)	3.369	TJLP + 2,50%	2012
CEF (61 contratos)	165.881	UPR + 8,67%	2030
União em US\$ (4 contratos)	51.798	US\$ + 5,15%	2024
BID (3 contratos)	449.072	US\$ + 4,43%	2025
Total (71 contratos)	8.177.753	-	-

(1) Os Encargos Médios incluem os indexadores nominais, taxa de juros, comissões e encargos de risco de crédito. No caso de contratos com taxas de juros flutuantes (caso do Banco Mundial), são consideradas as taxas na data-base atual.

Durante 2010, o principal destaque na gestão da dívida municipal foi a assinatura, em 20 de agosto, de um contrato de financiamento de US\$ 1,045 bilhão junto ao Banco Mundial (BIRD) com garantia da União. Estes recursos serão usados para amortizar até 25% da dívida que o Município possui com a União, cujo montante na data da assinatura era de R\$ 7,4 bilhões. A primeira parcela da operação (US\$ 545 milhões) foi recebida em 31 de agosto de 2010, permitindo a redução nos juros pagos à União de 9,0% para 7,5% ao ano. Com a segunda parcela (prevista para 2011), os juros serão reduzidos para 6,0% ao ano. Além da redução nos juros pagos à União, a Prefeitura terá ainda um prazo maior para pagar o empréstimo do Banco Mundial (até 2040) com juros variáveis atualmente de menos de 1% ao ano. Apenas com o recebimento da primeira parcela, a Cidade economizará cerca de R\$ 550 milhões até o final de 2011.

No último quadrimestre de 2010, o Município obteve aprovação do Tesouro Nacional para contratação de novas operações de crédito no mercado nacional, junto ao BNDES e à Caixa Econômica Federal. Os contratos referentes já foram assinados, sendo destinados ao financiamento do corredor de transportes TransCarioca (BNDES - R\$ 1,2 bilhão), de obras de urbanização popular (CEF - R\$ 247,6 milhões) e de saneamento das bacias de Jacarepaguá e Santa Cruz (CEF - R\$ 405,7 milhões). O início dos desembolsos destas operações ocorrerá em 2011.

Em relação à obtenção de outros financiamentos, encontram-se atualmente em análise pela Secretaria do Tesouro Nacional quatro operações de crédito, totalizando cerca de R\$ 350 milhões, a serem captados junto ao BID, BNDES e CEF. Tais operações incluem projetos em continuidade de operações anteriores (BID - urbanização de comunidades de baixa renda) e modernização administrativa-tributária (BNDES e CEF).

Todos indicadores de endividamento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da MP 2185-35 (que rege as renegociações de dívidas dos municípios com a União) apresentaram expressiva melhora desde o início da atual Administração em 2009. Conforme demonstrado pela tabela abaixo, o Município cumpre com folga as restrições de endividamento da Lei de Responsabilidade Fiscal e mantém expressiva trajetória de melhoria no indicador da MP 2185-35, o qual acarretava restrição de novas captações (que não as de caráter continuado ou de reestruturação de dívidas) nos últimos anos.

TABELA XXVII - INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

Ato	Indicador	Limite	MRJ 2008	MRJ 2009	MRJ 2010
Resolução Senado 40/2001	Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida (RCL) anual	120%	58%	34%	21%
Resolução Senado 43/2001	Média do serviço anual da dívida até 2027 / RCL anual	11,5%	10,49%	6,29%	5,39%
MP 2185-35	Dívida Contratual Bruta total / Receita Líquida Real (RLR) anual	100%	118%	101%	85%

OBS: Os valores apresentados para o contrato de dívida com a União consideravam juros anuais de 9,0% acima do IGP-DI até 2009, patamar efetivamente cobrado ao Município pelo Tesouro Nacional até agosto de 2010. A partir de agosto de 2010, tal taxa de juros foi reduzida para 7,5% em virtude do pré-pagamento parcial realizado pelo Município com recursos do Banco Mundial e as ações judiciais à época existentes (iniciadas em exercícios anteriores), com pleito de redução de tais juros para 6% ao ano, foram encerradas.

Confirmando os grandes avanços obtidos na gestão fiscal e financeira do Município nos dois últimos anos, a agência de classificação de risco Moody's atribuiu o inédito Grau de Investimento para a dívida municipal carioca em novembro de 2010. O Município saltou de Ba2, nota dada desde 2008, que colocava a cidade em grau especulativo, para Baa3, mesmo patamar da União e do Estado do Rio. Em seu relatório, a agência destacou a gestão fiscal prudente e transparente, o desempenho financeiro sólido, além da obtenção do empréstimo do Banco Mundial que reduziu o peso da dívida. Atualmente, Rio de Janeiro e Belo Horizonte são os únicos municípios brasileiros com grau de investimento, sendo que a cidade do Rio é o único ente da Federação, além da União, que tem o grau de investimento com perspectiva positiva, isto é, com perspectiva de elevação nos próximos exercícios.

VII) GESTÃO PATRIMONIAL MUNICIPAL

Merece destaque no ano de 2010 o expressivo desempenho das receitas referentes a gestão do Patrimônio Municipal. Os valores arrecadados são resultado tanto da venda de imóveis municipais quanto da gestão de ativos na carteira imobilizada sob responsabilidade da Secretaria de Fazenda com aluguéis de contratos de concessões e de permissões de uso, remunerações provisórias, foros e laudêmios.

No que se refere somente às receitas sob administração da Superintendência de Patrimônio Imobiliário, em 2010 foram arrecadados R\$ 174,786 milhões, que representa um crescimento real de cerca de 145% em relação aos valores de 2009. Em comparação com a Lei Orçamentária Anual, a arrecadação de 2010 superou a previsão em R\$ 130,586 milhões ou o equivalente a 295% de ampliação de receita.

A expressiva performance aconteceu dentro de um contexto de melhoria da gestão dos processos internos da Superintendência, buscando especialmente a redução da inadimplência, e pelos avanços nos procedimentos de cobrança, além da venda de imóveis municipais.

Podem-se destacar os eventos que mais contribuíram para o resultado do período como sendo aqueles provenientes de contratos de concessões e permissão de uso (particularmente uso de subsolo), licitações e acordos judiciais de áreas ocupadas por postos de combustíveis, além de laudêmios e foros. Somados eles renderam aos cofres municipais o valor de R\$ 93,452 milhões em 2010, um crescimento real de 30,7% sobre a receita do ano anterior.

Igualmente relevante, foi a receita de Alienação de Imóveis (autorizada pela LC Nº 103 de 25/11/2009, com uso de recursos vinculado a aplicação na área de Saúde na AP5) que arrecadou R\$ 81,334 milhões no ano de 2010. Foram vendidas 4 áreas, sendo 3 delas localizadas na Barra da Tijuca e 1 na Tijuca.

VIII) CONCLUSÃO

O ano de 2010 foi de grandes conquistas do ponto de vista das finanças municipais: além dos expressivos incrementos de receita, a gestão responsável de ativos e passivos sedimentou o caminho para que o município do Rio de Janeiro conquistasse a condição de Grau de Investimento no *rating* da empresa Moody's, uma das principais do mundo em classificação de risco.

Do ponto de vista das receitas, os efeitos da implantação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica _ a Nota Carioca _ no Município do Rio de Janeiro e os esforços de fiscalização já foram sentidos e explicam, em boa medida, a ampliação da arrecadação do ISS. As novas iniciativas de cobrança do IPTU e o desempenho do ITBI também contribuíram para o resultado destacado de nossa receita total frente às demais capitais do Sudeste. Para o crescimento real de 30,7% das receitas totais foi ainda fundamental o expressivo aumento das receitas patrimoniais, resultado das melhorias adotadas na gestão do Tesouro e Patrimônio Municipal.

Esse desempenho das receitas possibilitou o aumento expressivo dos investimentos, particularmente nas áreas de Saúde, Educação e Infraestrutura. O percentual destinado a essa rubrica ultrapassou os 10% da despesa total, cumprindo meta do Planejamento Estratégico da Prefeitura no item gestão fiscal e em linha com o estimado na lei orçamentária para 2010. O valor destinado aos investimentos, superior a R\$ 1,5 bilhões, demonstra que a Prefeitura vem recuperando consistentemente sua capacidade de investimento, sem em nada comprometer a responsabilidade e o rigor fiscal.

Ainda relativo a despesas, importante destaque foi a redução dos gastos com amortização e serviço de dívida resultante da operação para renegociação da dívida pública municipal fechada com o Banco Mundial. O empréstimo, utilizado para pagar até 25% da dívida com a União, diminuiu os juros reais pagos pelo Tesouro Municipal de 9% para 7,5%. A operação, pioneira no mundo para prefeituras, propiciará ganhos para a Cidade estimados em mais de R\$ 2 bilhões de reais em termos do valor presente da economia com dispêndios de dívida.

O expressivo superávit primário do primeiro ano, somado ao resultado positivo de 2010; a consistência no modelo de arrecadação; a mudança de postura da Administração, com pró-atividade e busca incessante pela qualidade gerencial; a gestão patrimonial, do caixa e da dívida (*Asset Liability Management*), incluindo aí a bem-sucedida operação com o BIRD, bem como a política de transparência adotada foram fatores decisivos para o saneamento das finanças municipais em apenas dois anos - esforços estes coroados pelo atingimento do grau de investimento em Novembro do ano passado.